

O DESENHO URBANO COMO ESTRATÉGIA NO INCREMENTO DA PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA NO ESPAÇO PÚBLICO

Amanda Monteiro Vieira

**Dissertação de Mestrado em Urbanismo Sustentável e Ordenamento
do Território**

Setembro, 2018.

Dedicatória

O presente trabalho constitui a concretização de uma longa jornada acadêmica e de vida. Durante esses dois anos, pude adquirir novos conhecimentos acadêmicos e sobretudo pessoal. A transformação através da mudança de país e a saída da zona de conforto foi desafiadora, mas sem dúvidas extremamente enriquecedora.

Agradeço primeiramente, a minha família em especial aos meus pais e minha irmã por tornar essa experiência possível, dedicando incondicionalmente seu amor e apoio ao longo de todo o processo. A todos os meus amigos, os que ficaram e os que adquiri ao longo desse tempo, demonstrando todo apoio, confiança e solidariedade em todas as formas.

Dedico por fim, à todas as pessoas que passaram pela minha vida e de alguma forma contribuíram para atingir esse objetivo.

Agradecimentos

Agradeço imensamente ao meu professor orientador Nuno Henrique Pires Soares, pela disponibilidade e atenção no decorrer de toda essa dissertação. A todos os docentes do Mestrado “Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território” pela dedicação e compromisso ao ensino e contribuição com os conhecimentos adquiridos ao longo desses dois anos.

Reconheço e agradeço mais uma vez, a minha família pelo incentivo em todo o processo, permitindo me manter motivada até o final. Aos meus amigos, em especial os que estiveram nessa mesma jornada e com quem divido meu dia-a-dia; a partilha de experiências nos trouxe força para concluir essa etapa.

E finalmente, a todos que de maneira direta ou indireta contribuíram com conhecimentos ou apoio à conclusão dessa dissertação.

NOTA: ESTE TRABALHO FOI ESCRITO EM PORTUGUÊS DO BRASIL POR OPÇÃO DA AUTORA.

Resumo

Assente na importância e necessidade de se fazer cidades para as pessoas, o presente estudo coloca como ponto central entender a relação entre o desenho urbano e a percepção de segurança nos espaços públicos, buscando o aumento na qualidade de vida urbana. Para tal, embasa-se nas teorias, sobretudo de Jacobs, Newman e os conceitos CPTED para construir uma ferramenta de análise e avaliação do espaço público na ótica do utilizador visando o incremento da percepção de segurança.

Através da explanação das relações entre as dinâmicas sociais e os reflexos no tecido urbano, propõe-se uma reflexão sobre o papel dos agentes e entidades no planejamento e gestão das cidades, o papel do cidadão e as técnicas e elementos de desenho urbano que podemos utilizar para aumentar a percepção e a segurança de fato nos espaços públicos urbanos.

O desenho urbano mostra-se um fator e um instrumento extremamente relevante e influenciador na percepção de segurança e na consequente utilização do espaço público. Fica evidente, também, a função social dos espaços públicos na cidade.

Por fim, a ferramenta desenvolvida atua como um guia na avaliação dos espaços públicos e um instrumento para implantação de novas medidas que aumentem a sua utilização, conforto e bem-estar social.

Palavras-Chave

Espços públicos, desenho urbano, CPTED, percepção de segurança, qualidade de vida, cidades.

Abstract

Based on the importance and necessity of making cities for people, this study focuses on the relationship between urban design and the perception of safety in public spaces, aiming to increase the quality of urban life. To do so, it relies on theories, especially Jacob's, Newman's and CPTED concepts to build a tool for analysis and evaluation of the public space from the point of view of the user pursuing to increase the perception of security.

Through the explanation of the relations between social dynamics and the reflexes in the urban tissue, we propose a reflection on the role of agents and entities in the planning and management of cities, the role of the citizen and the techniques and elements of urban design that we can use to increase perception and safety in urban public spaces.

The urban design is an extremely relevant and influential instrument in the perception of safety and the consequent use of the public space. It is also evident the social function of public spaces in the city.

Finally, the tool developed serves as a guide in the evaluation of public spaces and an instrument for implementing new measures that increase their use, comfort and social well-being.

Keywords

Public spaces, urban design, CPTED, perception of safety, quality of life, cities.

Índice

Lista de Figuras.....	8
Lista de Tabelas	9
Lista de Gráficos	9
1. Introdução.....	10
1.1. Enquadramento da Temática	10
1.2. Objetivos	15
1.3. Metodologia.....	16
2. A Cidade e o Espaço Público na Perspectiva da Segurança Urbana	18
2.1. Contexto Evolutivo da Configuração e das Interações Sociais na Cidade	18
2.2. Contexto Evolutivo da Configuração e das Interações Sociais no Espaço Público	23
2.3. A percepção de (In)Segurança nos Espaços Públicos	27
3. A Influência do Desenho Urbano no Comportamento Humano.....	33
3.1. A Escola de Chicago	33
3.2. Contexto CPTED	36
3.3. Princípios e Conceito CPTED	40
4. Índices do Crime e a Prevenção Através do Desenho Urbano.....	49
4.1. Índice do Crime em Portugal no Contexto Europeu e Nacional	49
4.2. Os Conceitos CPTED na Legislação e Instrumentos de Gestão Territorial	53
5. Componente Prática – Parte I	57
5.1. Ferramenta de Análise e Avaliação	57
6. Componente Prática – Parte II	64
6.1. Estudo de Caso: Jardim Fernando Pessa, Areeiro, Lisboa	64
6.2. Estudo de Caso: Rua Dinah Silveira de Queiroz/António Gedeão/Rua Alberto José Pessoa, Marvila, Lisboa	71
7. Considerações Finais.....	83
8. Bibliografia	86

Lista de Figuras

Figura 1 – Metodologia da Dissertação.....	17
Figura 2 – Os 5 Princípios do CPTED.....	40
Figura 3 – Fatores Mensuráveis de Análise no Espaço Público Urbano.	46
Figura 4 – Abordagem 2ª Geração CPTED.....	47
Figura 5 – Institute for Economics & Peace. Global Peace Index 2018: Measuring Peace in a Complex World, Sydney, June 2018. Fonte: http://visionofhumanity (02/08/2018).....	51
Figura 6 – Estruturação da Ferramenta PSAT.	58
Figura 7 – Esquema de Avaliação.	58
Figura 8 – Organização dos Vetores e Indicadores.	59
Figura 9 – Recomendações vetor “vigilância natural”.	60
Figura 10 – Recomendações vetor “territorialidade”.	61
Figura 11 – Recomendações vetor “controle natural de acessos”.	61
Figura 12 – Recomendações vetor “manutenção”.	62
Figura 13 – Recomendações vetor “uso e atividade”.	63
Figura 14 – Localização Jd. Fernando Pessa. Fonte: google.maps.	65
Figura 15 – Edifícios entorno / caminhos Jd. Fernando Pessa. Foto própria registrada em 13/09/2018.....	65
Figura 16 – Panorâmica permeabilidade visual Jd. Fernando Pessa. Foto própria registrada em 13/09/2018.....	66
Figura 17 – Parque de cães e Quadra de Desporto Jd. Fernando Pessa. Foto própria registrada em 06/09/2018.....	66
Figura 18 – Estação de Ginástica e Parque Infantil Jd. Fernando Pessa. Foto própria registrada em 13/09/2018.....	67
Figura 19 – Visibilidade e Sinalizações Jd. Fernando Pessa. Foto própria registrada em 13/09/2018.....	67
Figura 20 – Boa iluminação noturna no Jd. Fernando Pessa. Foto própria registrada em 17/09/2018.....	68
Figura 21 – Estado de conservação dos edifícios do entorno, pavimentação e vegetação Jd. Fernando Pessa. Foto própria registrada em 06/09/2018.....	68
Figura 22 – Esplanada e Freqüentadores em geral Jd. Fernando Pessa. Foto própria registrada em 13/09/2018.....	69
Figura 23 – Resultados Jd. Fernando Pessa.....	70
Figura 24 – Localização Rua Dinah Silveira de Queiroz/Antônio Gedeão/Rua Alberto José Pessoa. Fonte: google.maps	72
Figura 25 – Acessos laterais às edificações, Marvila. Foto própria registrada em 12/09/2018.....	73
Figura 26 – Acessos isolados, Marvila. Foto própria registrada em 12/09/2018.	73
Figura 27 – Quadra de desporto e Parque Infantil, Marvila. Foto própria registrada em 12/09/2018.....	74
Figura 28 – Áreas semi-públicas no interior dos edifícios, Marvila. Foto própria registrada em 12/09/2018.....	75

Figura 29 – Acesso confuso e Acesso isolado, Marvila. Foto própria registrada em 12/09/2018.....	76
Figura 30 – Boa iluminação nas ruas, porém com aspecto de isolamento, Marvila. Foto própria registrada em 12/09/2018.	76
Figura 31 – Lixo nas ruas, Marvila. Foto própria registrada em 12/09/2018.	77
Figura 32 – Boa manutenção edifícios e praças interiores, Marvila. Foto própria registrada em 12/09/2018.	77
Figura 33 – Grafites artísticos, Marvila. Foto própria registrada em 12/09/2018.....	78
Figura 34 – Comércio local no térreo das edificações, Marvila. Foto própria registrada em 12/09/2018.	79
Figura 35 – Moradores na praça interior e comércio local no período noturno, Marvila. Foto própria registrada em 12/09/2018.	79
Figura 36 – Resultados Marvila.	80

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Institute for Economics & Peace. Global Peace Index 2018: Measuring Peace in a Complex World, Sydney, June 2018. Fonte: http://visionofhumanity (02/08/2018).....	50
---	----

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Gráfico Ilustrativo da Criminalidade violenta e grave Ano 2003-Ano 2007. Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna – 2017.	52
Gráfico 2 – Tendência Registrada nas Formas de Roubo. Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna – 2017.....	52
Gráfico 3 – Gráfico da Criminalidade Violenta e Grave em Lisboa. Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna – 2017.....	53

1. Introdução

1.1. Enquadramento da Temática

A necessidade em sentir-se seguro é um instinto inerente ao ser humano. Desde a sua origem, o homem munuiu-se de elementos que proporcionassem essa sensação, usando de suas capacidades físicas e mentais para se adequar ao meio em que vivia e protegendo-se de possíveis ameaças.

As primeiras polis gregas desenvolveram-se de maneira natural – orgânica – havendo poucos espaços públicos planejados. Entretanto, a medida em que as cidades gregas começaram a se desenvolver de maneira mais organizada e planejada, caracteristicamente com tecido urbano ortogonal, em forma de *grids*¹ o espaço público foi tomando maior destaque e relevância. O desenho consciente do espaço público, iria, portanto, proporcionar cada vez mais, através de sua qualidade funcional e estética, uma experiência sensitiva em seus usuários.

O espaço público sempre foi palco das interações sociais. Com ressalva às particularidades ligadas a época ou cultura de uma sociedade, o espaço público sempre teve uma função multidisciplinar na cidade e sobretudo uma função social, desempenhando até hoje, atividades tão variadas quanto comuns ao dia-a-dia de uma sociedade na cidade. Cenário de convívio social através do comércio nos mercados de rua, ou manifestações artísticas, discussões políticas, bem-estar e saúde pessoal e quaisquer outras que vierem a mente. A ‘rua’, em seu sentido mais amplo e indiscriminado, é de todos e para todos. *“As cidades têm capacidade de oferecer algo a todos, mas só porque e quando são criadas por todos.”* (Jacobs, 2000, p. 164).

Durante o acelerado processo de expansão das cidades no período da revolução industrial e de continua expansão e transformação no período pós revolução industrial, o tecido urbano passou a assumir uma nova configuração funcional. No período fordista, onde iniciou-se o sistema de produção em massa, mudando completamente o cenário da produção e comercialização de bens e produtos no mundo todo, a produção de

¹ Desenho urbano assumido nas cidades gregas criadas de raiz.

automóveis ganhou os olhos do público por todo mundo e influenciou fortemente no planejamento urbano da época. A rua foi perdendo espaço físico e simbólico para transforma-se em uma superfície de transição, onde, o vai-e-vem é apressado e sem encanto, onde os pedestres competem espaço entre pequenas faixas de calçada em meio à turbulência dos motores dos veículos açodados. Em meio a esse ritmo, o planejamento e desenho urbano teve seu rumo desviado, passando de projetos de escalas monumentais a lacunas deixadas pela sobra do traçado de imensas ruas e avenidas desenhadas para atingir velocidade máxima na correria da vida moderna. Tomaria a frente nesse momento, a escola do urbanismo modernista, particularmente desastrosa em grandes cidades dos países em desenvolvimento, sobretudo nas Américas.

Segundo Elber Peets, citado por Jacobs:

“A partir da Feira de Chicago de 1893, surgiu o ideário da arquitetura que encara a cidade como uma corte de honra monumental, destacada de uma área profana e desordenada de “concessões”. (...) Não há indício, nesse procedimento, de sentimento pela cidade como organismo, matriz digna de seus monumentos e receptiva a eles (...). A perda, além de estética, é social (...)”
(Jacobs, 2000, p. 122)

O urbanismo modernista deixou cicatrizes enormes no tecido urbano de grandes cidades que continuam irreparáveis até hoje. Como o famoso caso da cidade de Brasília que foi planejada segundo aos conceitos do urbanismo modernista², tornou-se um exemplo referido por grandes arquitetos e urbanistas, como um modelo a não ser seguido. Com suas avenidas imensas e edifícios de escala monumental, onde percorrem-se quilômetros para chegar de um lado a outro, onde a segregação dos usos era o partido inicial, e a escala humana foi completamente perdida, Brasília foi produto do exato oposto expectável para uma nova geração que apareceria não tão mais tarde; as cidades sustentáveis. O novo discurso seria o da tecnologia e dedicação à preservação, ou amenização da destruição, do nosso meio ambiente, coordenada com as necessidades do mundo contemporâneo. Retomam-se princípios, e novas e já

² O modelo urbano moderno consistia sobretudo na separação de usos pela cidade, onde deveria dedicar espaços distintos para moradia, lazer, trabalho e etc. Exemplo famoso desse pensamento foi a *Ville Radieuse* (Cidade-Jardim) de Le Corbusier.

conhecidas vozes são ecoadas, sendo a mais famosa delas, jornalista e ativista Jane Jacobs.

Jacobs, contribuiu de forma decisiva para a disseminação de princípios fundamentais do urbanismo que haviam adormecido em meio a agitação do desenvolvimento e o ritmo urbano acelerado. Época em que já se perdera a convivência em comunidade e abria-se cada vez mais espaço na cidade para a circulação de veículos. Onde a pressa era a demanda do mercado, onde a rodovia era mais importante que o parque³.

Em sua vida e em sua obra, Jacobs argumentava o papel fundamental que nós, antes de técnicos, cidadãos, devemos desempenhar na nossa cidade. A necessidade de se envolver com o meio em que habitamos é o primeiro passo em rumo ao cenário desejável, de convívio indiscriminado, contínuo e seguro em nossas ruas, praças, parques; nossas cidades. Princípio fundamental na visão de Jacobs, as pessoas deveriam ser o centro da atenção nos projetos urbanos, a cidade se construiria pela e para os cidadãos. *“Todas as atribuições da autogestão das ruas são modestas, mas indispensáveis. Apesar das várias experiências, planejadas ou não, não há o que substitua as ruas vivas.”* (Jacobs, 2000, p. 88).

Como já elucidado, não era esse o cenário do urbanismo em sua época, mas Jacobs lutou pelo seu bairro e sua cidade, conseguindo o apoio de outros tantos através da disseminação de suas ideias e, foi bem-sucedida. Defendia essencialmente que o planejamento urbano deveria ater-se em fomentar ruas vivas e atraentes, estabelecer uma coesão no tecido urbano construído e não construído (áreas verdes e praças) e intensificar a complexidade e multiplicidade de usos. Dessa maneira, construiria uma identidade funcional para os bairros. Os ideais de Jacobs se transformaram então, num legado para o urbanismo e são usados até hoje como princípios a serem fortemente relevados na hora de planejar e projetar, ainda que muito seja perdido em função das ondas do mercado imobiliário e a politização do espaço urbano.

³ Em “Morte e Vida de Grandes Cidades”, Jacobs retrata, dentre outras, a sua luta e, da sua comunidade, em Nova York para o impedimento da construção de uma via rápida no lugar de um parque em seu bairro. Destaca-se pela importância que o movimento ganhou na época, e o legado deixado para gerações futuras.

As cidades atuais, principalmente as grandes metrópoles, são frutos da especulação imobiliária e ficam à mercê dos interesses dos promotores e autarquias, construindo-se pouco com base em boas premissas e experiências, enquanto muito é determinado por interesses exclusivamente econômicos. Por vezes, o poder político fica refém do setor financeiro que investe exclusivamente em função da rentabilização do espaço, submetendo-se aos desejos das classes mais abastadas e ao mercado financeiro, refletindo o modelo capitalista em que vivemos. Nesse contexto, a livre concorrência de mercado, transforma o espaço urbano numa imensa “colcha de retalhos”, pois os poderosos escolhem as partes do tecido que consideram ser mais rentáveis para investimento e esquecem-se de olhar para o conjunto. Como produto dessa prática, podemos observar lacunas nesse tecido que representam o descaso e negligência, e são nessas lacunas que os problemas sociais emergem. São esses vazios urbanos⁴, ou espaços de abandono e decadência, que a propagação do medo se enraíza. Como processo reativo a essa decadência, particularmente evidente nos centros de grandes cidades em países em desenvolvimento, observamos a criação de “enclaves fortificados”⁵ pelas classes de poder econômico mais elevado, que escolhem, porquê podem, em garantir a própria segurança de maneira privativa e defensiva, construindo enormes muros em volta de sua propriedade, contratando seguranças particulares para controlar suas residências e seu bairro, investindo inclusive em opções de transporte mais seguras, como os carros blindados, alienando-se completamente da vida em sociedade. A utilização desses mecanismos de defesa contra a ameaça da insegurança, faz com que esse grupo social se isole completamente dos demais no convívio social, reforçando estereótipos econômico-sociais, “os pobres marginais”, e contribuindo para um quadro de segregação socioespacial.

Os espaços de transição entre a cidade “rica” e a cidade “pobre”, é onde se cria essa sensação de insegurança, é o limbo entre a realidade dura das favelas e a constante vigilância dos condomínios de luxo⁶. Esse limbo, faz-se presente por todo o tecido

⁴ “Vazios urbanos” - espaços não construídos, caracterizados como remanescentes urbanos e áreas ociosas, onde há ausência de ocupação funcional, de interesses sociais e transformações de usos urbanos.

⁵ “O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamo de “enclaves fortificados”. Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho.” (Caldeira, 2003)

⁶ À exemplo desse cenário, o contraste entre as favelas e os condomínios de luxo é bastante evidente em grandes cidades brasileiras como Rio de Janeiro e São Paulo.

urbano, não é uma linha reta que define caminhos a serem seguidos ou evitados, mas sim, um tortuoso e infinito rastro deixado por décadas de negligência e descontrole por parte das autoridades.

A disseminação do medo e presença constante do sentimento de insegurança na vida dos cidadãos afeta seus hábitos diários. As pessoas não frequentam lugares em que não se sentem seguras, isso faz com que alterem sua rotina de acordo com as sensações que os percursos e lugares frequentados as proporcionam. Sem esse movimento frequente de pessoas, perdemos o elemento chave da equação para reverter este quadro de insegurança e trazer de volta a convivência em comunidade nos espaços públicos.

“Ansiedades sobre a segurança pessoal levam as pessoas a controlarem onde vão e quando vão e/ou controlam as atividades de outras pessoas pelas quais são responsáveis. Pesquisas consistentemente mostram uma forte ligação entre o medo do crime e o comportamento espacial. Se os indivíduos estão com medo, eles ajustam seu comportamento para reduzir o nível de risco.” (Harrison et al (1995) apud (Parker, 2000, p. 2).

Ainda que a percepção de segurança seja distinta para grupos sociais, econômicos, e étnicos diferentes, como por exemplo, um homem jovem branco, pode se sentir perfeitamente seguro num local, enquanto outras minorias, como mulheres, minorias étnicas, idosos ou crianças, podem se sentir ameaçadas, a atmosfera criada por esse ambiente pode traduzir-se em sensações semelhantes para indivíduos tão diferentes. Jan Gehl, arquiteto e urbanista dinamarquês, desenvolveu uma teoria de avaliação do espaço, na componente de segurança, com base na observação se crianças de 8 anos e idosos de 80 anos se sentem seguros nas mesmas circunstâncias (teoria do 8-80). Se sim, o ambiente pode ser generalizado como seguro, pois consegue refletir a mesma percepção de segurança para grupos de pessoas tão distintos. *“Um lugar só é seguro quando as pessoas que moram e utilizam esse espaço, se sentem seguras.”* Shehayeb (2008).

Existe ampla investigação no campo do urbanismo e da arquitetura que concluem que o desenho é parte fundamental para que o ambiente possa traduzir e

refletir sentimentos a seus usuários. Segundo Dr. C Ray Jeffery apud L. Fennelly; T. Crowe (2013, 3ªed): *“O desenho apropriado e o efetivo uso do ambiente construído pode levar a uma redução no medo e na incidência de crimes, e um incremento na qualidade de vida.”*

Sob essa premissa, diversos autores trabalham em conceitos e teorias em como o desenho urbano poderia efetivamente contribuir para reverter cenários de decadência e abandono, bem como no incremento da percepção de segurança dos indivíduos, até a real diminuição no número de eventos criminosos e comportamentos perversos. Sendo assim, o estudo do espaço urbano sob a ótica da percepção de segurança é extremamente necessário para garantir valores fundamentais à sociedade, garantindo sua liberdade e segurança.

1.2. Objetivos

O presente trabalho tem como objetivo central entender a influência do desenho urbano na percepção de segurança dos usuários aplicado aos espaços públicos, segundo a definição de Machielse, Walt (2015) *“...todo espaço que seja de livre acesso a todos que desejarem usufruir.”*, nomeadamente ruas, calçadas, praças, bulevares, e pequenos jardins em meio urbano. Propõe-se paralelamente uma discussão do papel do cidadão, do técnico e das autarquias nesse contexto.

Trabalhando os conceitos da ferramenta CPTED, em inglês “Crime Prevention Through Environmental Design”, em tradução livre, “A prevenção do crime através do desenho do ambiente”, que consiste em: *“O CPTED envolve o esforço para integrar projeto, cidadão e ação da comunidade, e estratégias de aplicação da lei para atingir uma vigilância consistente com o desenho e o uso do ambiente.”* (Fennelly & Crowe, 2013). Ou seja, o método CPTED propõe uma reflexão e expõe resultados que justificam que o desenho do ambiente influencia na percepção e comportamento de seus usuários. E é, precisamente através de seus conceitos e teorias que se pretende elucidar quais elementos e como estes interferem nas ações e percepções dos usuários. Por fim, quais

respostas em termos de desenho do espaço urbano podemos adquirir através da aplicação do método.

No último capítulo é proposta uma ferramenta de consulta e avaliação do espaço público sob a ótica e imagem do CPTED, de forma simplificada, onde técnicos e cidadãos poderão se engajar no intuito de melhorar e aumentar a percepção de segurança nos espaços públicos onde vivem ou frequentam. A intenção central é despertar o sentimento de pertencimento nas pessoas em relação ao espaço público, desencadeando um ciclo de contribuições ao bem-estar social e o aumento na qualidade de vida nas cidades.

1.3. Metodologia

Num primeiro momento o trabalho irá se desenvolver a partir da explanação da bibliografia abundante sobre as temáticas do urbanismo, cidades, espaços públicos, ferramentas e métodos de avaliação da influência do desenho urbano na percepção de segurança e prevenção do crime, essencialmente as técnicas dispostas no método de análise CPTED, bem como conceitos de gestão do espaço público. Por compreender uma gama multidisciplinar rica, o trabalho não irá incidir com rigor em todos os elementos, mas sim, focar essencialmente nos conceitos explorados no referenciado método CPTED e sua aplicação através do desenvolvimento de uma ferramenta de análise dos espaços públicos.

Em seguida, será apresentada a referida ferramenta de análise e avaliação do espaço público, onde a mesma deverá refletir os conceitos adquiridos, transmitir e atingir os objetivos desejados. Baseando-se em modelos preexistentes de temáticas similares, como o “Walkability Audit Tool” que independentemente de suas variações de aplicação (em forma de questionários, pontuação e análises sensitivas ao espaço) promove uma avaliação do espaço sob a ótica da caminhabilidade. A ferramenta permite compreender o espaço caminhável de maneira mais ampla e precisa, facilitando a concepção de novos projetos e/ou as intervenções de melhorias em espaços consolidados. A ferramenta criada deverá então ser testada como instrumento de

avaliação da situação atual do espaço público objeto de estudo, e deverá conter sobretudo, recomendações de boas práticas e estratégias de intervenção em quesitos específicos.

Por fim, deverão ser feitas considerações, reflexões e recomendações acerca do objeto de estudo. Essencialmente, irão se destacar as problemáticas observadas, as respostas conceituais e deficiências em sua aplicação prática, bem como a referenciação de boas práticas e estratégias para o incremento da qualidade do espaço público em geral, tendo a percepção de segurança como elemento de raiz para os demais.

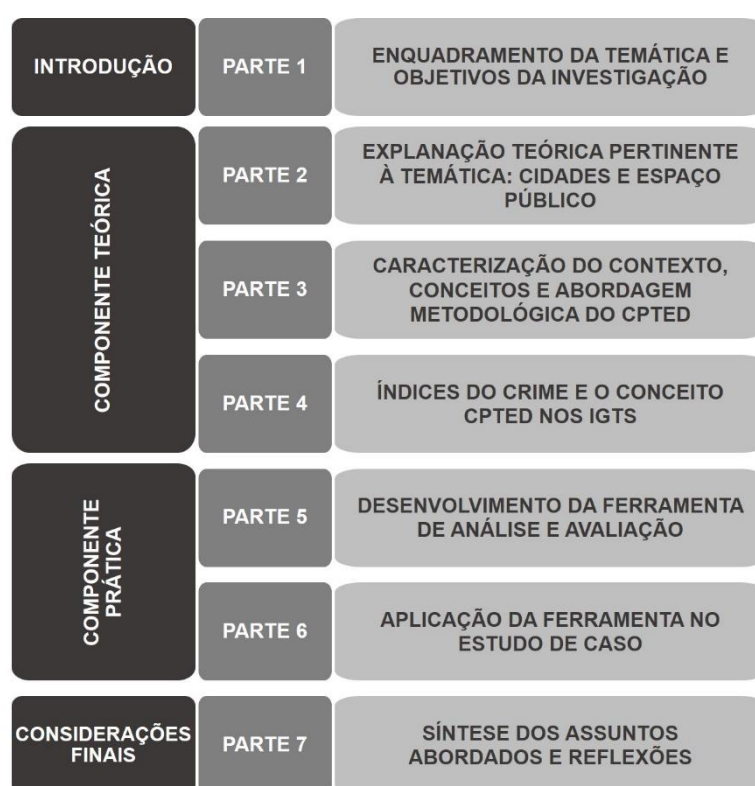


Figura 1 – Metodologia da Dissertação.

2. A Cidade e o Espaço Público na Perspectiva da Segurança Urbana

2.1. Contexto Evolutivo da Configuração e das Interações Sociais na Cidade

“Podemos definir a cidade como agrupamentos de população que não produzem seus próprios meios de subsistência alimentar. A existência das cidades pressupõe, portanto, desde a sua origem, uma divisão técnica, social e espacial da produção, e implica trocas de natureza diversa entre aqueles que produzem os bens de subsistências e os que produzem bens manufaturados [...]” (Ascher, 2010, p. 19).

A formação da cidade é consequência direta das formas de relações entre as variadas atividades que são desempenhadas para que torne possível a vida urbana em sociedade. A configuração e evolução das cidades ao longo do tempo foi ritmada pela evolução e aperfeiçoamento das técnicas de transporte, armazenamento de bens (b), informações (i) e pessoas (p), intitulado como “sistema bip”. Esse sistema representa o poder de evolução e transformação da paisagem urbana de uma sociedade. O crescimento e expansão de uma cidade dependem da maestria de técnicas de construção e redes de mobilidade, para que torne possível a verticalização dos edifícios e a expansão do tecido urbanizado através do avanço nos sistemas de transportes. (Ascher, 2010).

Ainda que a expansão e verticalização das cidades seja um marco na evolução da sociedade urbana, o que caracteriza uma cidade, mais do que sua forma física, é a relação construída entre seus habitantes e o meio. É essa relação que particulariza cada sociedade, e conseqüentemente, o desenho e funcionamento do seu espaço urbano. *“Uma cidade é uma organização mutável com fins variados, um conjunto com muitas funções criado por muitos [...]” (LYNCH, K. 2016, p. 95),* ou seja, podemos interpretar que as cidades são criadas através do conjunto de intervenções particulares, resultando num estado organizacional coletivo e em constante adaptação.

Percebemos desde as cidades medievais até as cidades modernas, como a situação da sociedade em cada época reflete o modo como o tecido urbano é configurado e organizado. No primeiro caso, temos um cenário de insegurança

constante e forte presença religiosa na vida dos habitantes, isso é evidenciado nas muralhas que protegiam as cidades medievais e na concentração da vida urbana em torno de construções religiosas e praças de comércio. Para a sociedade atual, evidenciamos a forte influência do setor industrial, e especialmente, do mercado imobiliário no planejamento e estruturação da malha urbana, traduzidos, em grande parte, pelas autovias e a expansão desordenada do tecido construído.

Considerando que a sociedade está em constante evolução, e por isso, o meio em que habita também sofre adaptações ao longo dessas mudanças, podemos esperar que o urbanismo deva se adequar as novas lógicas e dinâmicas que representam a vida urbana atual. Não é preciso muito para perceber a distorção física das grandes cidades atualmente. O descontrole da expansão urbana aparece em diversos lugares do mundo, com justificativas e impulsos diferentes, mas de alguma maneira relacionados.

“A cidade é um mosaico diversificado de paisagens construtivas, onde se combinam núcleos de longa maturação histórica e social, “afeiçoados à escala do indivíduo”, com urbanizações de grande densificação e “desumanizadas”, em que a incessante busca da rentabilização econômica do solo, secundarizou a importância do bairro, espaço público e dos serviços de proximidade no cotidiano dos residentes” (Simões, 2008, p. 113).

A sociedade moderna pode ser caracterizada por um aspecto em particular, o desejo de mudança e desenvolvimento. É principalmente, essa característica que a diferencia dos demais períodos de sua evolução. *“Na verdade, muitas outras sociedades passaram e passam por transformações, têm história; mas não se organizam necessariamente tendo como núcleo central da sua dinâmica e funcionamento a mudança, o progresso, o projeto.”* (Ascher, 2010, p. 21). Ascher divide a sociedade moderna em duas fases, passando da Idade Média para o Estado-Nação, onde a religião é altamente questionada e abre espaço para o desenvolvimento das ciências e expansão de um capitalismo mercantil que persiste até a instauração do Estado do bem-estar. Iniciado durante a revolução industrial, este período marcou a alteração das dinâmicas urbanas em todas as esferas; econômica, política, social e religiosa.

Durante a Idade Média as cidades sofreram com a falta de condições salubres de habitação que não permitia uma organização espacial eficiente e, portanto, retardava o

seu desenvolvimento urbano. Diante das condições físicas do espaço urbano, epidemias se alastravam pelo território levando a dizimação de populações por toda a Europa. O limitado conhecimento médico da época pouco podia fazer para conter essa situação. Somente, com o impulso dos estudos científicos, crescentes na transição desse período para o seguinte, as ações denominadas ‘higienistas’⁷ (baseadas em teorias de que o meio ambiente influenciava na vida das pessoas) levariam mais tarde, com a revolução industrial e o agravamento desse cenário, ao movimento do urbanismo sanitaria e reverteriam esse quadro.

Durante a revolução industrial, o ritmo de crescimento da cidade acelerou consideravelmente. Aliado ao compasso incessante das máquinas, os problemas de higiene passavam a causar novas epidemias. Os bairros operários eram os mais afetados, evidenciando a vulnerabilidade da classe trabalhadora. Frente a crescente precariedade nas condições de habitação e trabalho, surgem as primeiras teorias sobre a influência da configuração do tecido urbano e o contato com a fumaça das fábricas como fator prejudicial à saúde humana. Os médicos foram os pioneiros nesses estudos, sendo seguidos pelos engenheiros, arquitetos e urbanistas a elaborar ações de controle e combate. Essas ações foram incorporadas na prática urbana e a configuração das cidades foi profundamente alterada pelo que se chamaria de “urbanismo sanitaria”. Evidentemente, a população pobre foi a mais atingida pelas medidas extremas tomadas, extinguindo-se os cortiços e as áreas insalubres e com estes, os “pobres coitados” que foram afastados dos centros, dando lugar a avenidas mais largas, a obras de infraestrutura sanitárias, e a novas habitações de acordo com os novos preceitos higienistas. Apoiado pela ciência nas questões sanitarias, o estado dispôs de todo o seu poder para impor um novo padrão e modelo de civilização.

Sendo assim,

O século XIX foi marcado pelas primeiras grandes operações de segregação espacial das cidades capitalistas, saneando e embelezando áreas deterioradas nos antigos cascos urbanos, o urbanismo do século XIX, através das obras

⁷ Em “O Higienismo e as Transformações na Cidade de São Paulo (1890-1930)” (Tomás, 1996) explica a “teoria dos meios” que consistia na relação das características do meio físico, como clima, posição geográfica e a qualidade da água às condições de saúde das cidades. Essa teoria surge com Hipócrates e ganha força durante o século XIX durante o urbanismo sanitaria.

realizadas ou das teorias formuladas, definiu o elenco das problemáticas urbanas que demandavam respostas ancoradas no avanço científico, mas que não podiam escapar às determinações estéticas das formas nas quais se expressavam (...) (Andrade, 1992, p. 207)

Dessa forma, esse novo modelo de civilização marcou também um novo momento de segregação social e espacial. Com a nova configuração do tecido urbano, separando o espaço público do privado, definindo ruas e habitações, os pobres foram sendo excluídos cada vez mais do convívio social nas áreas centrais da cidade. Isso fez com que as medidas urbanísticas adotadas tivessem em consciência um novo conceito, o qual se evidenciaria no próximo período.

O conhecimento e aperfeiçoamento de técnicas construtivas, vindas com a revolução industrial, permitiu a materialização das ideias daquela nova sociedade e as cidades passaram a assumir uma organização “fabril”. Regida pelo Taylorismo⁸ adotado nas indústrias, o urbanismo moderno⁹ apareceria para assumir essas mesmas premissas, acentuando a divisão e segregação espacial. A exemplo do que ocorreu com as funções laborais, o urbanismo modernista previa a separação de usos pelo tecido urbano numa fracassada tentativa de nova organização urbano-espacial, sendo, posteriormente, incentivado pela Carta de Atenas (1933) e seus discípulos.

Nesse momento, o Estado assume o papel de provedor e intensifica as mudanças na forma do planejamento urbano através da definição de usos e clara separação espacial, aliada a uma arquitetura imponente e rebuscada. Com técnicas construtivas mais apuradas e em consonância com os avanços nos meios de transportes de mercadorias e pessoas, as cidades sofreram, então uma grande transformação visual. A expansão das malhas viárias e dos modos de deslocamento da população permitiu o alargamento da mancha construída, criando bairros residenciais de classe média (subúrbios) e os bairros operários (em substituição aos cortiços centrais). O avanço na tecnologia, e o aparecimento do elevador permitiu a verticalização das edificações, concentrando agora os ricos nos pisos mais altos, mais ensolarado, e os menos

⁸ O Taylorismo marcou a transição das formas de produção e operação das indústrias. Promovia a divisão e simplificação das etapas de produção a fim de aumentar sua rentabilização.

⁹ Os urbanistas modernos estudavam a cidade a partir de sua “decomposição”. Analisava-se separadamente setores, bairros, quadras e ruas numa metodologia que objetivava a economia de meios de realização, uma vez que, este modelo respondia aos critérios de produção industrial.

abastados nos andares baixos, traçando novas linhas de segregação. Estava dado o primeiro passo em direção à configuração das cidades atuais.

O crescimento acelerado e desordenado das cidades, provocou abalos estruturais no tecido urbano que persistem até hoje. Com a ascensão do capitalismo, aliado ao fortalecimento das políticas neoliberais, o episódio fordista aparece nesse cenário como empuxo para a erupção dessa vida moderna, alterando completamente a forma de produção e consumo. No final da primeira metade do século XX, surge o automóvel como exemplo mais claro na alteração das práticas de consumo, além da comercialização de eletrodomésticos e a venda do “sonho suburbano”¹⁰. Isso fez com que o espaço urbano se tornasse num produto extremamente valorizado e com muito potencial de exploração, visto que, as deslocamentos em maiores distâncias agora eram possíveis e haviam infraestruturas suficientes para que se pudesse ocupar essas áreas mais afastadas do centro. Logicamente, o Estado, agora provedor do bem-estar, influenciou diretamente nessa transformação, sendo obrigado a atuar cada vez mais no campo do urbanismo, principalmente nas infraestruturas de transporte, além de atender e organizar espacialmente as novas demandas da população, como serviços básicos de educação, saúde e moradia.

O urbanismo moderno foi marcado por uma forte setorização de usos, criando bairros monofuncionais suburbanos para a classe média, a periferia e bairros sociais aos menos abastados, e a ascensão dos grandes centros comerciais para alimentar o novo sistema de consumo. Embora, os conceitos e práticas do planejamento urbano estejam em mutação conforme a evolução do pensamento, da economia, da tecnologia, e principalmente com o ritmo de vida criado em função das novas dinâmicas do mercado de trabalho, há ainda muitos resquícios do pensamento e prática do urbanismo moderno nas cidades atuais. O processo chamado de “*urban sprawl*”¹¹ foi o primeiro reflexo das medidas adotadas durante esse período. Contribuiu para a deterioração dos centros das cidades e acarretou em maiores gastos com infraestruturas para o setor

¹⁰ O “sonho suburbano” aparece no EUA na década de 60 como forma de incentivar o mercado imobiliário dos subúrbios em detrimento dos centros urbanos, naquela época extremamente deteriorados. Foi apoiado em parte significativa pelo surgimento dos automóveis e eletrodomésticos que mudaram a rotina da família de classe média.

¹¹ *Urban sprawl* é o termo em inglês utilizado para descrever o alastramento de uma área urbana sobre uma área rural, criando zonas multifuncionais (geralmente dependente de automóveis) e de baixa densidade. Também pode ser definido pelo termo “suburbanização”.

público. Depois de décadas de esvaziamento das áreas centrais, a dinâmica das cidades começa novamente a se alterar. Motivado por diversos fenômenos, como as alterações climáticas e a condenação do uso do transporte individual, bem como a mudança no pensamento e estilo de vida da sociedade (insatisfeita pelo estilo de vida suburbano) o urbanismo atual busca adequar-se a esse novo cenário.

Neste momento, um elevado número da população deseja retornar ao centro e iniciam-se os chamados processos de transformação urbana de caráter “re”, organizados em: reurbanização, revitalização, reestruturação, recomposição, renovação, requalificação, reabilitação e regeneração urbana. Ainda que cada processo reserve a sua especificidade, o objetivo comum é aumentar a qualidade do espaço urbano público e edificado, aumentando, por consequência, a qualidade de vida dos usuários. Evidente que essa transformação é altamente influenciada pelo mercado imobiliário, que sem regulação apropriada por parte do poder público acaba por extrapolar a valorização de propriedades, excedendo às condições financeiras da população em geral, e por consequência, gera sérios problemas de desigualdade socioeconômica e espacial. Por outro lado, com o retorno para os centros, onde as habitações são menores e com menos áreas verdes privativas, retoma-se o interesse e a necessidade de valorização do espaço público e espaços verdes na cidade.

2.2. Contexto Evolutivo da Configuração e das Interações Sociais no Espaço Público

O espaço público é o da representação, em que a sociedade se torna visível. Da ágora à praça das manifestações políticas de massa do século XX, é a partir desses espaços que se podem relatar, entender a história de uma cidade.
(Borja & Muxí, El espacio público, ciudad y ciudadanía, 2000, p. 7).

O espaço público é definido muitas vezes como a própria cidade, “o espaço público deve ser considerado fundador da cidade (poder-se-á dizer em todas as épocas e em todos os regimes); no fundo, o espaço público é a cidade (...)” (Indovina, 2002). E por isso, o espaço público define-se em “...todo espaço que seja de livre acesso a todos que desejarem usufruir.” (Machielse, 2015).

De fato, o espaço público é o grande cenário da vida urbana, refletindo todo tipo de interação que ocorre nas cidades; política, econômica e social. É através desses espaços de conexão e de estar que as pessoas podem atuar de maneira tão livre quanto possível. É no espaço público que as pessoas podem expressar sua cultura, sua liberdade, desenvolver seus trabalhos e suas ideias, reivindicar seus direitos e assumir os seus deveres como cidadão de uma sociedade. Todos os elementos que compõe o espaço público, as ruas, os parques, praças, são espaços caracterizados pela sua multifuncionalidade e relevância para a configuração do tecido urbano, formando o que chamamos de cidade.

“A cidade é então urbs, concentração da população e civitas, cultura, comunidade, coesão. Mas é também uma polis, um lugar de poder, de política como organização e representação da sociedade, onde se expressam os grupos de poder, os dominados, os marginalizados e os conflitos.” (Borja & Muxí, El espacio público, ciudad y ciudadanía, 2000, p. 20)

O papel de conector e agregador do espaço público foi sendo minimizado ao longo da evolução e transformação na configuração das cidades. Com o crescimento e alargamento da malha urbana sem controle eficaz, o espaço público passou de elemento simbólico, e palco das interações e expressões sociais, para elemento simples de ligação e passagem. A segregação dos usos, perpetuada durante décadas pelos princípios do urbanismo moderno, contribuiu para a criação de guetos, seja de concentrações de população de baixa renda, como nas favelas, seja no subúrbio de classe média, ou ainda nos condomínios fechados da alta classe social. Esse movimento fez com que os espaços públicos fossem perdendo a sua força de expressão e sua imagem representativa da cidade.

Ao longo da formação das cidades, o espaço público desempenhou um caráter reflexivo dos acontecimentos da época. Dessa maneira, esteve em destaque ou omisso, de acordo com o *modus operandi* da sociedade. No séc. XXI, assistimos novamente a um grande aumento acelerado na população urbana. As cidades encaram hoje o desafio de acomodar esse excedente populacional de maneira ordenada e respeitando as novas práticas da urbanidade e sustentabilidade. Num cenário de oscilação entre crises econômicas, guerras e um significativo retrocesso, principalmente no que diz respeito

aos direitos humanos, as cidades passam por um período de instabilidade, mas muito importante para a consolidação de uma nova forma de pensar e fazer cidade.

O espaço urbano sempre foi objeto de valor, e como tal, teve seu uso e apropriação ligada a interesses financeiros, seja na antiguidade, representado pelo poder religioso e aristocrata, ou na atualidade pelo capitalismo neoliberal e a globalização. A ocupação e exploração desajustada do espaço urbano é produto das práticas do mercado imobiliário atual. Um mercado que é regido pela especulação, apresentando períodos de alta e baixa, onde essa oscilação de valorização e depreciação do espaço urbano, gera um desequilíbrio na ocupação urbana. A pressão imobiliária provoca uma supervalorização de determinadas áreas em depreciação e esvaziamento de outras. Essa descontinuidade na ocupação urbana é produto de tais práticas, e torna a segregação espacial num problema urbano e, também social.

"(...) "urbanismo de produtos", que reduziu o conceito de projeto urbano, que deve ser o que define as condições do edifício, o projeto de construção. A arquitetura urbana pode ser muito interessante, mas não é o mesmo que planejamento urbano. O urbanismo de produtos, vinculado a estratégias de competitividade e a uma certa submissão à iniciativa privada, muitas vezes contribui para a fragmentação e segregação urbana." (Borja & Muxí, El espacio público, ciudad y ciudadanía, 2000)

A segregação socioeconômica da sociedade é evidente na configuração do tecido urbano, principalmente nas grandes cidades. Essa disparidade espacial reflete na qualidade do espaço público, ferindo direitos básicos de cidadania, como: a livre ocupação e exercício do papel de cidadão, o lazer, a segurança e a qualidade na mobilidade pública. A negação do direito ao espaço na cidade é um ataque à cidadania. O espaço público deve ser usado como instrumento de oportunidade para alcançar uma justiça espacial urbana. (Borja & Muxí, El espacio público, ciudad y ciudadanía, 2000)

Por outro lado, a cidade sempre se manteve apta a adaptar-se as novas realidades e combater tendências desestruturadoras, reinventando-se através dos processos de caráter “re”, citados anteriormente, que procuram retomar algo que foi perdido, um conceito, uma forma; uma ideologia. As cidades estão num momento de

restabelecer laços que foram fragmentados durante o seu processo de expansão e desenvolvimento; os laços de cidadania.

A cidadania deve ser um direito e um dever exercido por todos. Espacialmente, essas manifestações devem acontecer onde todos possam ter acesso e possam estar visíveis e se fazerem audíveis suas reivindicações: os espaços públicos. Onde, garante-se a liberdade e direito de expressão de cada indivíduo. Esse espaço, entretanto, tem sido comprimido pela setorização e privatização de áreas que por essência deveriam ser públicas. A principal contribuição para essa compressão, foi a diminuição do espaço dedicado ao convívio social. A perda dos mercados de rua e cafés, bem como a debandada de habitações dos grandes centros, favoreceram para o esvaziamento das ruas e o aumento da negligência ao espaço público.

A concentração do comércio fechado em grandes empreendimentos, afastou da rua o grande elo de interação e sustentação da coesão da vida urbana; as pessoas. Para além, a pressão do mercado imobiliário sobre os terrenos centrais, associado a práticas de políticas ligadas ao incentivo do turismo, levou ao aumento dos encargos sobre as propriedades localizadas nas áreas centrais, fazendo com que a população residente não os suportasse e cedesse lugar aos investimentos externos. Essa situação é evidente em grandes centros que sofrem com o turismo excessivo e a exploração do espaço urbano em prol da rentabilização e não do bem-estar social, obrigando as famílias residentes a saírem de suas casas, substituindo a habitação permanente por temporária (alojamentos locais, hotéis, hostels, comércio e serviços) limitando a multifuncionalidade esperada de um centro urbano. Exemplo visível e histórico são as cidades de Nova York, Paris, Londres, Barcelona e mais recentemente Lisboa.

Todas essas cidades passaram por processos desse gênero, e cada uma à sua maneira, adequando ao próprio contexto econômico, social e político, procuram o equilíbrio e manutenção da vida em suas cidades. Barcelona é inegavelmente um grande exemplo de estratégia de intervenção na malha urbana construída, mas ainda possui grandes desafios à frente para conter especulação imobiliária e a turistificação¹².

¹² “O planejamento turístico dá início ao processo de turistificação, que ocorre quando um espaço é apropriado pelo turismo, fazendo com que haja um direcionamento das atividades para o atendimento dos que vem de fora, alterando a configuração em função de interesses mercadológicos.” (Hall, 2001).

Existem inúmeros fatores que contribuem para a dispersão e expansão do tecido urbano, porém, existem outros elementos que impulsionam a densificação da cidade, e da mesma maneira, a tornam atraente aos investimentos econômicos, mas principalmente ao interesse social. A boa integração de setores e a multifuncionalidade dos bairros, desperta novamente o interesse da população em habitar os centros, e em simultâneo, atrai investimentos para o aumento e manutenção da qualidade dos espaços centrais fazendo com que a cidade seja novamente ocupada, minimizando o aparecimento dos vazios urbanos que abrem frente para a problematização da (não) ocupação urbana.

Essas lacunas no tecido urbano são geradas pela falta de interesse econômico sobre esses terrenos e são focos da produção de insegurança no espaço público. Um terreno abandonado abre margem para ocupação ilegal, ou total rejeição da população. Um espaço esquecido e sem propósito no meio da cidade consolidada faz transparecer a disfunção espacial daquela concentração urbana. É nele que a desigualdade se manifesta, excluindo a classe marginalizada e aumentando a insegurança de toda a população.

O espaço público exige heterogeneidade. É preciso diversificação de usos e funções, bem como de pessoas, para que este cumpra ao máximo o seu papel estruturador na cidade. A articulação e integração da população entre si e o meio, contribui para a valorização do espaço urbano, promovendo a cidadania e a democracia. Os movimentos sociais tiveram grande contributo na inversão do pensamento urbano. A reivindicação do espaço pela população, aumentou o reconhecimento e a importância do papel do cidadão na cidade. A partir da participação e interesse por planos e projetos, o cidadão começa a ganhar voz mais ativa nas questões urbanas e contribui para o aprimoramento na forma de pensar e fazer cidades.

2.3. A percepção de (In)Segurança nos Espaços Públicos

“...a vitalidade do ambiente urbano é um fator muito importante de atração e capacidade de integração. A segurança urbana depende sobretudo da presença

de pessoas na rua, ou seja, da intensidade de usos do espaço público.” (Borja & Muxí, El espacio público, ciudad y ciudadanía, 2000, p. 39).

Quando falamos em percepção ou apreciação de alguma coisa, estamos falando de forma generalizada sobre um assunto, sobretudo, subjetivo e que em teoria deveria ser particular a cada pessoa, podendo ter mais de uma resposta possível. Com certeza, a apreciação de segurança em espaços públicos não é a mesma para todos. Diferentes grupos étnicos, gêneros, faixa etária, e outras minorias, não tem a mesma percepção de “lugar seguro”. Porém, justamente a presença de diversidade de pessoas nas ruas, produzem um maior efeito, ou seja, conseguem representar um maior número de grupos distintos, fazendo com que os seus semelhantes se sintam abrangidos e representados naquele local. Isso desperta um sentimento de pertencimento àquele espaço, permitindo que o indivíduo se sinta mais seguro.

A própria qualidade do espaço público pode ser definida através da maneira como este é visto e utilizado pela população. A segregação ou deficiente articulação de espaços intra-urbanos, transforma a potencialidade em ameaça. Os espaços públicos que não possuem forte caráter agregador e social, acabam por provocar efeitos contrários e tornam-se espaços de propensão ao medo.

Como visto anteriormente, a base conceitual e as diretrizes de planejamento do urbanismo moderno, tiveram um grande contributo na criação de tais espaços hostis. A dedicação de grande parte do espaço urbano para a circulação, principalmente rodoviária, como as vias expressas, modificou a configuração do tecido urbano como conhecido até então, permitindo que muitos espaços de convivência fossem desintegrados e transformados em pontos de transição. Associado a uma arquitetura de escala monumental, longe da escala humana, as cidades cresceram de forma a transformarem-se em um *background* enquanto andamos do ponto A ao B (geralmente em automóveis).

A cidade deve ter uma imagem completa. É preciso existir os espaços de conexão, mas também os espaços de estar e convívio. É preciso ter uma malha coesa e diversa, e ao mesmo tempo possuir marcos que sejam simbólicos e memoráveis, deve-se ter uma clara orientação e a possibilidade de encantar-se com caminhos inesperados. (Lynch, 2016).

A percepção de segurança é aumentada quando o ambiente é familiar ao usuário ou este sente-se de alguma maneira protegido por estar cercado de seus semelhantes. Por isso, o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento a um local ou a um grupo, é por vezes um fator de incremento na percepção de segurança individual. É importante haver espaços de representatividade de grupos específicos, mas é ainda mais importante, a oportunidade de convivência entre esses diferentes grupos a fim de que não haja de fato uma segregação socioespacial. Podendo, por outro lado, criar tolerância e respeito na utilização dos espaços públicos por diferentes grupos.

Para estabelecer um paralelo entre a percepção de segurança, enquanto sentimento, e a segurança de fato, enquanto à proteção a vida, podemos observar a relação de convivência entre os moradores das favelas. Apesar das favelas serem considerados ambientes hostis e representarem insegurança para a sociedade, para os moradores esses espaços funcionam como um “lugar seguro”. Pois, apesar da circunstância em que aquelas pessoas vivem pareça perigosa para uns, significa na verdade, a segurança para outros, afinal é lá que se sentem pertencentes e livres para viverem sem os olhares preconceituosos e julgadores do restante da sociedade. Uma sociedade que criou os próprios conceitos do que é ou não seguro e quem é ou não merecedor de tal segurança. Uma sociedade que se desespera ao menor sinal de *mixofobia*.

“A mixofobia é uma reação previsível e generalizada perante a inconcebível, arrepiante e aflitiva variedade de tipos humanos e de costumes que coexistem nas ruas das cidades contemporâneas e nos seus bairros de tipo mais corrente (quer dizer, os que são desprovidos de espaços vetados). À medida que o multilinguismo e a diversidade cultural do meio urbano que caracterizam a globalização se vão estabelecendo - e trata-se de um fenômeno que, em vez de declinar, decerto se intensificará com o tempo - as tensões resultantes da perturbante estranheza da situação continuarão a provocar, com toda a probabilidade, impulsos segregacionistas. (...) A mixofobia manifesta-se neste caso pela tendência que impele a procurar ilhas de semelhança e de igualdade no meio do mar da diversidade e da diferença.” (Bauman, 2006, p. 40).

Essa aversão a *mixofobia* contribui para geração de guetos na cidade. Como já mencionado, principalmente nas grandes cidades das Américas, a criação de enclaves

fortificados apareceu como forma das classes sociais mais ricas de se proteger contra a marginalização da sociedade e os crimes violentos. A instauração da cultura do medo na sociedade moderna trouxe sérias consequências negativas para a configuração das cidades, pois além da violência urbana propriamente dita, a sensação de medo é o maior fator de influência no comportamento humano e no uso do espaço (Fennelly & Crowe, 2013). É esse fator que afasta a população do convívio em espaço público. Com a repressão psicológica causada pela sensação de medo, o cidadão sente a necessidade de se proteger contra esses espaços e acaba por se fechar em territórios privados. No caso desses países, as autoridades de segurança pública nacional não foram capazes de reagir ao crescimento da violência urbana, e a população decidiu se proteger pelos próprios recursos. A problemática que enfrentamos quando isso acontece, é muito maior, pois influência negativamente não só na esfera urbanística, mas também na social, afetando a utilização dos espaços públicos, a mobilidade e o reforço de estereótipos preconceituosos. A população rotulada como marginalizada se vê excluída de certas áreas da cidade em função, ou da privatização excessiva, ainda que legítima, ou pela “sutileza burguesa” em dominar espaços que deveriam ser de uso público comum.

Essa maneira de ocupação e dominação de espaços públicos acontece através da privatização de partes desse espaço, na manutenção dessas áreas, e na segurança. Um espaço público não pode ter seu acesso restringido a nenhum tipo de pessoa, porém, certas apropriações podem inibir o uso do mesmo por uma parte da população. Se um determinado tipo de serviço ou comércio se instala numa região, tendo como alvo uma parte restrita da sociedade, por exemplo a instalação de um café com preços acima do mercado numa praça pública, esse local certamente irá concentrar somente a parte da população que possui o privilégio financeiro para tal, inibindo, portanto, a intenção de uso dos demais. Isso acontece tanto para os mais ricos, quanto para os mais pobres. E por norma, um passa a evitar o outro, aumentando assim, a disfunção e segregação dos espaços na cidade.

*“Viver numa cidade significa viver em companhia, em companhia de estranhos.
Nunca deixaremos de ser estranhos: assim nos manteremos, sem estarmos*

interessados em interagir, mas por sermos vizinhos uns dos outros, destinados a enriquecermo-nos reciprocamente.” (Bauman, 2006, p. 71)

Utilizando-se do princípio de que toda “ação tem uma reação”, e que todo elemento faz parte de uma cadeia de relações, podemos entender que as ações sociais em sua forma individual afetam a sua forma coletiva e vice-versa. Uma ação individualista no contexto social urbano acaba por afastar este indivíduo dos conceitos básicos de convívio social. Em contexto urbano, a percepção de segurança no espaço público pode ser entendida através de uma simples equação: a somatória da ocupação do espaço pelas pessoas e a qualidade física e apelativa do mesmo resulta em um saldo positivo ou negativo da qualidade desse ambiente no que diz respeito à segurança. Esse saldo positivo pode ser entendido por uma boa qualidade do meio em questão representada pela limpeza, iluminação, desenho coerente e propício ao convívio em comunidade, proporcionando a ocupação de forma coletiva e de acordo com as boas condutas do convívio social. Porém, ao passo que um indivíduo decide se proteger de ameaças de forma individualista, ele acaba por se retirar dessa equação, subtraindo uma parte importante da mesma, pois se não há pessoas para ocupar e preservar o espaço em questão, não existe manutenção e gestão pública que seja suficiente para que aquele meio não entre em degradação, afetando dessa maneira, todo o coletivo social. A sucessão e multiplicação dessa atitude em escala urbana, resulta na criação de lacunas no tecido urbano. Essa lacuna, oferece a oportunidade para o vandalismo, e a incitação de comportamentos desviantes ou violentos. A negligência desse problema e a negação da realidade coloca-nos cada vez mais distante da reconversão da função social desses espaços.

É importante ressaltar, ainda que brevemente, o papel da mídia, acerca das retratações de violência nos espaços públicos. Como importante veículo de transmissão de informações, as reportagens televisivas (as quais possuem maior alcance na escala econômica-social) têm o poder e dever de fornecer informação à população, e sobretudo o compromisso com a verdade. Porém, essas informações são por vezes, facilmente manipuláveis, seja com o intuito deliberado de exagerar ou omitir certos aspectos, seja simplesmente pela facilidade de fragmentação na sua transmissão. Com isso, a imagem passada de determinados acontecimentos em certos pontos das cidades, podem de certa forma sugerir ou ter um apelo negativo muito maior do que a realidade.

Essa é uma situação muito comum em cidades com um histórico e uma cultura de violência urbana já enraizada, o descrédito da população nas forças policiais e governamentais, aliadas à retratação da situação (por vezes exagerada) por parte da mídia, reforça o estereótipo da violência urbana e, a recorrente reprodução da periferia como espaço delinquente e violento.

Existe uma sensibilidade maior no quesito segurança em cidades com histórico urbano violento, pois admite-se que a população dessas áreas já tem enraizada a cultura do medo e a necessidade de vigilância constante. Grande parte desse problema pouco tem a ver com o desenho do espaço público e configuração do tecido urbano. Trata-se de um problema com um cunho governamental e social muito mais incisivo do que urbano, mas também não deixa de o ser. O urbanismo é uma ciência multidisciplinar, talvez a que mais exija conhecimento de diferentes conceitos nas esferas social, econômica, política e, logicamente, da ocupação espacial urbana em sua mais ampla definição. A produção de uma cidade segura vai além do desenho, mas este é, sem dúvidas, parte fundamental na construção de um novo cenário.

3. A Influência do Desenho Urbano no Comportamento Humano

3.1. A Escola de Chicago

A Escola de Chicago foi o grande precursor do pensamento de que os eventos sociais, o espaço físico e o tempo são elementos fundamentais para compreensão dos fatos sociais. *“Todo fato social está situado, rodeado por outros fatos contextuais e trazido à existência por um processo que o relaciona com o passado.”* (Abott, 1997, p. 1152).

Essa geração, incluindo Robert Ezra Park, um dos fundadores da Escola de Chicago, desenvolveu diversas pesquisas fundamentais para entender como o comportamento humano era influenciado pelo meio físico. Park estudou as cidades sob uma ótica da Ecologia Humana¹³, a qual estuda a relação do espaço físico e as interações sociais refletindo no estilo e modo de vida de seus indivíduos, questionando se comportamentos desviantes podem ser consequência da interação entre o espaço físico e o indivíduo.

Sob a definição de que uma instituição é uma seção da somatória entre a natureza humana, seu maquinário e seus instrumentos de operação, Park argumenta que a cidade, vista através de *“o lugar e as pessoas, com toda a maquinaria, conforto, costumes e dispositivos administrativos que a acompanham, opinião pública e estradas de ferro, o homem individual e as ferramentas que ele usa, como algo mais do que um mero direito coletivo.”* (Park, 1915, p. 578). É, portanto, uma instituição, e não apenas um conglomerado de pessoas e arranjos sociais.

“A cidade possui uma organização moral e, também uma organização física, e estas duas interagem mutuamente em formas características de se moldar e modificar umas às outras.” (Park, Burgess, & McKenzie, 1925, p. 4). A cidade é então não apenas constituída por sua forma geográfica e ocupação urbana, mas também é consequência

¹³ Ecologia humana: “...estudo das relações espaciais e temporais dos seres humanos como afetados pelas forças seletivas, distributivas e acomodativas do meio ambiente”. (Park, Burgess, & McKenzie, The City, 1925)

das relações sociais que ali ocorrem, influenciadas tanto pelo espaço físico, como pela sua formação temporal histórica.

No que tange ao planejamento da cidade, os limites e índices urbanísticos afixados para construção e ocupação urbana tem seu poder limitado. Pois, é o processo de ocupação humana que se faz prevalecer nessa organização. Ou seja, é possível controlar e expectar um tipo e uma dimensão de ocupação, mas não é possível precisar como essa ocupação irá interagir com o seu meio, e conseqüentemente, quais ações serão resultantes. *“No decorrer do tempo, cada seção e quarteirão da cidade assume algo do caráter e das qualidades de seus habitantes.”* (Park, 1915, p. 579).

Conforme o crescimento da população e expansão da cidade, aumenta-se a influência do mercado econômico sobre os terrenos, representada pela forte especulação imobiliária em áreas ocupadas por determinadas classes sociais, ou com potencial para atração destas. Grande parte do controle de distribuição espacial da população dá-se a partir da implementação estratégica de determinados serviços e comércios. E, evidentemente, essa situação é também observada no sentido oposto, onde a concentração de determinada classe social ou racial, implica na atração de serviços e comércios especificamente direcionados.

Esse caráter interativo entre o meio e a sua população resulta na criação de “bairros”, não somente por definição de medida em escala urbana, mas como uma unidade de semelhança entre a sua configuração espacial e suas ações sociais. Como já mencionado, a segregação entre grupos sociais ou raciais, transforma esses bairros em guetos, *“Onde indivíduos da mesma raça ou da mesma vocação vivem juntos em grupos segregados, o sentimento de vizinhança tende a se fundir com antagonismos raciais e interesses de classe.”* (Park, Burgess, & McKenzie, 1925, p. 10). A necessidade de deslocação da população nas cidades modernas, impulsionada pela globalização, resultou numa dissolução desses bairros e suas raízes.

“É provavelmente o colapso dos apegos locais e o enfraquecimento das restrições e inibições do grupo primário, sob a influência do ambiente urbano, que são em grande parte responsáveis pelo aumento do vício e do crime nas grandes cidades.” (Park, Burgess, & McKenzie, 1925, p. 25).

Nessa perspectiva, o sentimento de insegurança é despertado em locais onde há pouco ou nenhum laço entre os relacionamentos sociais e os espaços físicos. O enfraquecimento dessa relação bairrista aumenta a vulnerabilidade da estrutura societal. A cidade torna-se, portanto, um local hostil e propício a degradação. Os espaços obsoletos ou de fraca coesão social proporcionam a oportunidade para ações desviantes, onde a degradação gera atos de incivilidades e por consequência, acaba por afastar os usuários e residentes, aumentando a sensação de insegurança nesses espaços.

“É o ambiente social ao qual a pessoa, distinta do indivíduo, responde; e estas respostas da pessoa ao seu ambiente que eventualmente definem sua personalidade e dão ao indivíduo um caráter que pode ser descrito em termos morais.” (Park, Burgess, & McKenzie, 1925, p. 100).

Em suma, esses estudos sugerem que as bases para um ser humano sentir-se satisfeito em meio urbano consiste na relação entre o ambiente em que habita, e: a necessidade de ter um abrigo e sentir-se seguro; a necessidade de lazer, ter espaços dedicados a prática ou ao sensação de recreação; o sentimento de pertencimento a uma comunidade ou grupo social, fazendo com que sinta-se importante e necessário a seus semelhantes; e ainda, a necessidade de se relacionar afetivamente, estar intimamente associado a seus semelhantes ou à algum lugar, ou até mesmo ao simples afeto de um animal de estimação para que tenha o conforto e a sensação reciprocidade de afetividade. Park (1925) apud Dr. W. I. Thomas.

A boa e efetiva interação entre os indivíduos e esses ambientes resultam numa boa qualidade de vida urbana, e asseguram o direito básico constante no conceito de cidadania. O entendimento dessas formas de relações é fundamental para o aperfeiçoamento da configuração e função dos espaços na cidade. Dessa maneira, é possível fazer uma série de questionamento sobre o reflexo do ambiente urbano nas ações humanas e vice-versa. Qual a capacidade de interferência da qualidade do espaço público nas relações sociais ali desempenhadas? Qual a capacidade de atração de determinado tipo de ocupação, seja de uso ou de classe social, num ambiente? Quais os elementos são agregadores de relações sociais e quais são segregadores?

3.2. Contexto CPTED

A definição do conceito CPTED, em inglês “Crime Prevention Through Environmental Design”, em tradução livre, “A prevenção do crime através do desenho do ambiente”, consiste na integração ao longo dos projetos, de cidadãos e da comunidade em geral, no sentido estratégico, para atingir uma vigilância consistente com o desenho e o uso do ambiente (Fennelly & Crowe, 2013). Ou seja, o CPTED propõe uma reflexão e expõe resultados que justificam que o desenho do ambiente influencia na percepção e comportamento de seus usuários.

O CPTED trabalha com a premissa de que o espaço projetado, desenho e elementos de composição, podem inibir comportamentos desviantes ou delinquentes, aqui entendidos como ameaças de crime e o próprio crime. As técnicas de desenho urbano associadas as teorias de comportamento humano são a chave para a composição de um cenário seguro sob essa perspectiva. Em diversos campos de estudo, o cidadão é destacado também, como elemento fundamental para que esse conjunto funcione satisfatoriamente. É através deste que é possível proporcionar uma vigilância constante e eficaz no espaço público.

O conceito foi introduzido pela primeira vez em 1971 pelo criminologista e sociólogo Ray Jeffery (1971), inspirado por Jane Jacobs (1961). Em seu estudo correlaciona a criminalidade com o desenho, ocupação e uso do solo combinados aos princípios da autovigilância, como forma de incrementar a segurança pública. Newman (1972), por sua vez, desenvolveu estudos tendo em vista os princípios disseminados por Jacobs, introduzindo o conceito de “*defensible spaces*”. Suas pesquisas se concentraram na relação de edifícios residências sociais estabelecendo comparativos entre edifícios altos e edifícios de baixa altura e a diferença na taxa de criminalidade entre eles.

Em seu estudo Newman concluiu que a probabilidade de criminalidade era influenciada pelo modo como o espaço estava distribuído, a quem pertencia e onde se encontrava. Dessa maneira, percebeu que era preciso: definir claramente os espaços públicos, semi-públicos e privados, aumentar a relação de pertencimento ao local, melhorar relação entre espaço e edifício.

Ou seja,

“...uma área seria bem defendida se fosse visível por possíveis testemunhas, se houvesse um sentido de comunidade bem desenvolvido a guardar o seu território e território neutro, se as testemunhas estivessem sempre presentes e se o território privado fosse bem delimitado. A capacidade de ver as ofensas e a predisposição para actuar seria um desencorajamento para o criminoso.”
(Saraiva, 2008, p. 35).

O CPTED trabalha essencialmente sobre quatro pilares: a territorialidade, que pode ser entendido como o espaço físico em questão; a vigilância, nessa perspectiva é tratada principalmente como vigilância natural, consistindo na intervenção do indivíduo como papel chave e relacionado aos laços de comunidade; a manutenção, vista como a qualidade nas condições físicas do espaço, como a conservação de mobiliário urbano, a condição da vegetação; e o controle de acessos, vinculado ao desenho do espaço que deve limitar as opções de acesso para que minimize o fator surpresa na oportunidade de prática de crime. Todos os elementos devem estar presentes na implementação do conceito e devem necessariamente trabalhar em conjunto para que os objetivos sejam atingidos.

Esses mecanismos atuam de maneira preventiva, ou seja, em antecipação a potencialidade de ocorrência de atividades criminosas, combatendo a percepção de insegurança ou “medo do crime”, definido por (Pain, 2000) como *“...relacionado a reações emocionais, sentimento de medo e desconfiança em relação a qualquer coisa que possa causar ferimentos originados por agressão”*. Por estar relacionado ao sentimento de insegurança e não ao crime de fato, as técnicas CPTED condiciona ao urbanismo e ao desenho do espaço urbano um papel fundamental na implementação e execução positiva, trabalhando de maneira multidisciplinar todos os seus elementos.

A partir da década de 60 observamos um crescente interesse no estudo do CPTED, destacando-se trabalhos de Lynch (1960) *“The Image of the City”*, onde identifica cinco elementos estruturantes da imagem da cidade (vias, limites, bairros, cruzamentos, pontos marcantes) e o seu papel sensorial na observação e vivência das cidades; Jacobs (1961) *“Death and Life of Great American Cities”*, destacando sobretudo o papel ativo do cidadão, as formas de interação social, e a diversidade de usos na composição da cidade; (Jeffery, 1971) *“Crime Prevention Through Environmental Design”* como um dos

grandes estudiosos da temática, afirma em seu livro, assim como Jacobs, a importância da diversidade de usos, a presença de pessoas nos espaços públicos a todo tempo, acreditando que o crime surge pela oportunidade condicionado a qualidade do espaço físico e aponta a prevenção como único mecanismo eficiente no combate ao crime; (Newman, 1972) “Defensible Space: Crime Prevention Through Urban” que reforça em seu livro a necessidade de definição de espaços-funcionais, separando os domínios públicos e privados, limitando e definindo os acessos (remetendo ao conceito de controle de acessos) e mais uma vez, a vigilância de forma natural proporcionada pelos próprios habitantes.

Duas décadas mais tarde, o conceito foi evoluindo através de outros autores, e seus contributos foram incluídos para reforçar a teoria central do CPTED. Dentre os mais relevantes, destaca-se:

- A teoria “broken windows” de Wilson e Kelling (1982): consiste na constatação de que a degradação visual do espaço público aumenta a probabilidade de eventos criminosos ou práticas antissociais;
- Brantingham e Brantingham (1981) publicaram “Environmental Criminology”, onde determinam as quatro “dimensões da criminalidade”; uma lei, um criminoso, um alvo, e um lugar, onde afirmam que todos os elementos devem estar presentes para que o crime ocorra;
- Clark e Mayhew desenvolveram a “Situational Crime Prevention”, argumentando sobre a importância da gestão do espaço público na prevenção do crime;
- O criminologista Timothy D. Crowe que desenvolveu um programa de treinamento durante seu trabalho na NCPI (National Crime Prevention Institute da University of Louisville) e, na publicação de seus livros “Crime Prevention Through Environmental Design” edição 1 (1971) e edição 2 (1977), que virou uma espécie de manual CPTED;
- A teoria “*space syntax*” de Hillier & Hanson (1984) que sugere a análise individual dos espaços e sua relação com a rede integrada da cidade, entendendo como uma ação pontual influência na gama urbana.

Fonte: Adaptado de Ferreira, E. (2013).

Nos anos 90, Robinson (1999) introduz a teoria de que o ambiente físico não é o único elemento influenciador no comportamento humano, mas que o cérebro também deve ser levado em consideração nessa equação de interação. Em 1991, Crowe reforça a base do conceito CPTED de Jeffery, aperfeiçoando alguns elementos, e implica que a concessão e uso adequado de um espaço reduz a possibilidade do crime. Mais tarde em 1996, Newman lança uma revisão de seu trabalho, com o título de *“Creating Defensible Space”*.

A segunda geração do CPTED aparece em 1998, durante um congresso em Washington e introduz a componente social e psicológica à análise do ambiente construído, constituindo uma abordagem socioecológica, remetendo aos princípios da Escola de Chicago. Essa nova abordagem possui uma ligação forte com os conceitos de sustentabilidade e a criação do sentimento de pertencimento e empoderamento da população.

Como visto, o conceito CPTED não é novo, mas é extremamente atual. Sua base foi consolidada já há quase 50 anos, porém está sempre sendo influenciada e adaptada conforme a evolução de estudos e observação de sua aplicação. Os precursores desse movimento apareceram principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, expandindo-se gradativamente para os demais países. É importante relevar o fator local desse tipo de análise, pois grande parte do conceito é fundamentado pelo comportamento social relativamente dependente da componente cultural.

Por se tratar de uma ferramenta baseada na ação de múltiplos atores e elementos, o CPTED, condiciona sua adequada aplicação à responsabilidade de compromisso e coordenação entre as partes responsáveis. As autarquias e os agentes locais devem trabalhar em conjunto com os moradores para que esse instrumento seja de fato efetivo. Pois, como já mencionado, o medo do crime é tão influenciador na vida dos habitantes quanto o próprio crime. Ou seja, o medo de um possível crime acontecer já é motivo suficiente para as pessoas mudarem seus hábitos de ocupação de certos espaços, desencadeando um ciclo vicioso que leva certas partes da cidade a ficarem obsoletas. Porém, se a ação desencadeada é reversa, aumentando a percepção de segurança, as mesmas pessoas que abandonariam determinados lugares, passam a frequentá-lo cada vez mais, e proporcionam, portanto, um ciclo virtuoso.

3.3. Princípios e Conceito CPTED

O objetivo do método CPTED é atuar na prevenção do crime através do desenho urbano. Deve despertar nos usuários do espaço público um sentimento de pertencimento e apreço ao local para que estes possam se transformar no principal agente vigilante do espaço. Para isso, dependem da composição de um ambiente construído de qualidade e capaz de proporcionar essa interação entre o meio e o usuário. Sendo assim, o CPTED estrutura-se em 5 grandes princípios, conforme ilustrado abaixo:

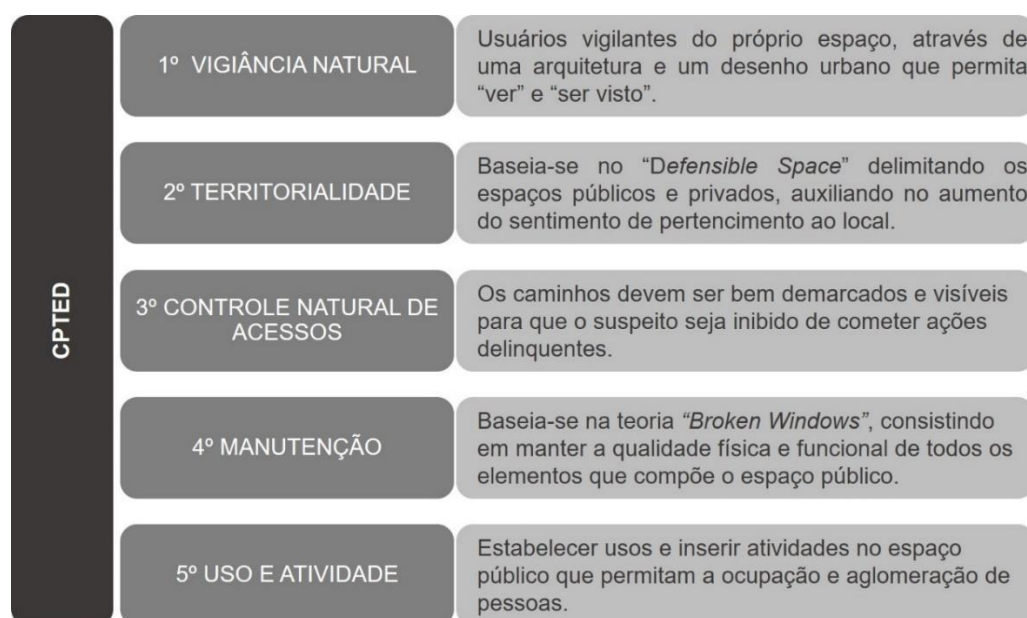


Figura 2 – Os 5 Princípios do CPTED.

1º Princípio: Vigilância Natural

Elemento essencial para que o método se torne efetivo, a vigilância natural é um conceito já explorado por diversos autores como ferramenta chave na boa utilização e percepção de segurança do espaço público. Consiste essencialmente em tornar os usuários vigilantes do próprio espaço, através de uma arquitetura e um desenho urbano que permita “ver” e “ser visto”. De acordo com o que já foi apresentado nessa

dissertação, a presença de pessoas nas ruas causa inibição de comportamentos desviantes e ações delinquentes diminuindo, portanto, a oportunidade de crime.

Os instrumentos de desenho que maximizam a possibilidade de vigilância natural podem ser facilmente incorporados ao projeto, através de:

- Orientação de implantação no terreno, gabarito e materiais adequados das edificações, permitindo a visibilidade e interação de quem está na rua com quem está no interior dos edifícios. Os edifícios devem ser voltados para o espaço público de maneira interativa, com preferência para janelas ou elementos envidraçados voltados para as áreas de concentração; devem ter uma escala compatível com a escala humana para que os usuários permitam ser vistos de dentro para fora e vice-versa;
- Iluminação adequada de todos os espaços em todas as horas do dia;
- Capacidade de proporcionar atividades ao longo do dia, para manter o fluxo e permanência de pessoas no espaço.

2º Princípio: Territorialidade

O princípio da territorialidade baseia-se na premissa do *“defensible space”* (Newman, 1972), consistindo na delimitação das áreas públicas, semi-públicas e privadas. O objetivo dessa técnica é aumentar o sentimento de pertencimento daquela comunidade local, e aumentar os laços de afetividade entre os moradores ou usuários daquele espaço. Dessa maneira, aumenta-se as atividades desempenhadas no local, evitando o abandono e degradação e ainda, auxilia na identificação de “usuários intrusos” e possíveis ameaças ao local. As ferramentas para tal demarcação podem ser:

- Pintura no pavimento ou demarcação através de vegetação entre os espaços de circulação e estar;
- Separação clara das áreas intencionadas para prática de esportes ou recreativa infantil, permitindo uma clara distinção entre o público pertencente e os intrusos.

3º Princípio: Controle Natural de Acessos

Consiste na delimitação clara e limitada de acessos ao espaço público. Os caminhos devem ser bem demarcados e visíveis para que o suspeito seja inibido de cometer ações delinquentes, ou criminosas, por estar ameaçado de identificação e intervenção de outros. As múltiplas opções de trajetos no espaço possibilitam uma maior chance de o intruso passar despercebido ou ainda servir como rota de fuga. Se o ofensor sentir que corre o risco de ser apanhado em suas ações a chance de o mesmo prosseguir com a atividade criminosa é significativamente reduzida.

Os elementos físicos para compor essa delimitação podem ser:

- Estabelecer rotas e caminhos estrategicamente posicionados para permitir o fluxo e a funcionalidade do espaço;
- Uso de pavimentação, vegetação, sinalética orientadora e iluminação adequada nas rotas pré-estabelecidas;
- Limitação de acesso a áreas de vegetação mais densa ou de uso obsoleto durante períodos do dia, como parques que não oferecem atividades durante a noite, evitando assim a circulação de poucas pessoas num espaço muito grande e, portanto, de frágil vigilância.

4º Princípio: Manutenção

O princípio da manutenção vai de encontro com a teoria "broken windows" de Wilson e Kelling (1982). Resume-se em manter a qualidade física e funcional de todos os elementos que compõe o espaço público. A permanência de uma boa aparência e funcionalidade desses elementos contribui para o incremento do sentimento de segurança, pois torna essas áreas mais atrativas ao uso e convívio na cidade. Um espaço bem cuidado e ocupado por pessoas ao longo de todo dia, é um atrativo não apenas social, mas também financeiro, o que leva a despertar o interesse de mais investimento a volta da área e a permanência de sua manutenção. Os espaços públicos degradados ou obsoletos, não despertam qualquer interesse por parte social, e ainda menos para investimento econômico não contribuindo, portanto, na geração e agregação de valores para a cidade.

A manutenção dessas áreas independentemente de escala e propriedade, privada ou pública, deve merecer uma gestão adequada e eficaz. As áreas de maior extensão recaem sob a administração pública e as parcerias público-privadas através da exploração do uso do espaço público por atividades comerciais ou de serviço. As áreas adjacentes a bairros predominantemente residências podem, e devem, ser acordadas entre as administrações locais e as próprias comunidades, distribuindo assim, as responsabilidades e aumentando o vínculo dos moradores com os espaços públicos a sua volta.

Todos os elementos contidos naquele espaço são passíveis de manutenção, como por exemplo:

- A iluminação adequada de todas as áreas;
- a poda e corte de vegetação, evitando aspecto de abandono;
- pintura e acabamento dos mobiliários urbanos, desde bancos, equipamentos de lazer, quiosques e outros;
- condições de pavimentação e conservação das edificações.

5º Princípio: Uso e Atividade

Estabelecer usos e inserir atividades no espaço público que permitam a ocupação e aglomeração de pessoas compondo o quadro de vigilância natural. É necessário que o espaço ofereça oportunidade de estar para as pessoas, e não somente como espaço de transição. A diversidade do tipo de uso é essencial para que a ocupação se estenda ao longo do dia, mantenha e maximize a funcionalidade do espaço contribuindo com a “geração de vida” na cidade. Para tal, os espaços públicos podem permitir e oferecer;

- Locais adequados e demarcados para práticas esportivas de maneira aberta e visível;
- ocupar grandes partes do local com comércio e serviços, através de esplanadas e lugares de convívio;
- promover atividades culturais e artísticas, a fim de atrair o público;
- atividades de lazer destinadas a variadas faixas etárias;
- entre outras.

Os 5 princípios do CPTED servem como guia na hora de planejar o espaço público articulando o urbanismo com o as questões de segurança pública urbana. Permite através da implementação eficiente de seus conceitos o incremento não somente na percepção de segurança, mas na qualidade de vida como um todo. Sua visão global complementada por práticas locais oferece a oportunidade de nos aproximarmos do território e convergir forças sociais, políticas, de segurança e de urbanidade a fim de transformar as cidades num ambiente mais seguro, e conseqüentemente, mais atraente sob as perspectivas social e econômica.

A violência urbana é, em maioria nas grandes cidades, um problema recorrente e principal causador do abandono do uso dos espaços públicos. O constante sentimento de ameaça ao crime inibe e afasta a população do convívio na cidade. A tendência recorrente é a troca do espaço público pelo privado. Essa prática resulta na individualização de valores e exclusão social. As classes privilegiadas podem custear esse estilo de vida enquanto que os demais devem se conformar com espaços de pouca qualidade, baixa manutenção ou até mesmo completamente abandonados. A desvalorização pelo patrimônio e material público incita o desinteresse em apreço e manutenção pelo que é por direito de todos. Por não fazer utilização do espaço público, a população não cria laços de relação com o mesmo e por isso não tem o interesse em preservá-lo ou melhorá-lo. Pelo contrário, acaba por negligenciar sua também responsabilidade pelo espaço público, e a cidade como um todo, resultando numa disfunção do tecido urbano e as relações sociais. *“As pessoas devem assumir um pouquinho de responsabilidade pública pelas outras, mesmo que não tenham relações com elas.”* (Jacobs, 2000, p. 64)

As medidas de controle e ações de segurança urbana são maioritariamente geridas em caráter à posteriori e quase que exclusivamente através de forças policiais ou de segurança privada. Pouco é feito antecipadamente, de caráter preventivo, para que o crime não se concretize. A atitude e visão do CPTED é justamente incluir o caráter preventivo nas ações de segurança urbana, compartilhando e assumindo que estas também são questões de urbanidade.

O CPTED utiliza a metodologia denominada SARA¹⁴ para responder a quatro perguntas desenhadas para perceber a relação e causa do problema com o espaço. Para (Zahm, 2007), as questões devem ser colocadas da seguinte forma:

1. Qual é o problema?
2. Porquê aqui?
3. O que pode ser feito para resolver o problema?
4. As respostas estão sendo adequadas e eficientes?

Cada pergunta refere-se a uma fase do processo SARA, onde a exploração da causa do problema é o primeiro passo para entender a situação. Deve-se analisar: o espaço em que as ações têm ocorrido recorrendo a conformidade dos princípios do CPTED; a capacidade de resposta para a solução dos problemas, através das premissas incorporadas no CPTED, e por último a avaliar a eficiência do método.

O CPTED pode envolver ainda, a visão pelos métodos dos 3-Ds (Designação, Definição e Design), que consiste num método simples de aferição das condições de uso do espaço, orientando utilizadores relativamente a ocupação e forma de utilização desses. Funcionando numa abordagem complementar aos princípios CPTED mencionados, podemos então atribuir a cada “D” as seguintes questões:

Designação

- Qual o uso (propósito) atribuído ao espaço?
- Esse uso é respeitado?
- Existe conflito na sua utilização?

Definição

- O espaço é bem definido no ponto de vista da propriedade? (alusão ao conceito do “*defensible spaces*”)
- Há definições culturais ou sociais interferindo na utilização do espaço? Ou seja, que causem alguma forma de segregação.

¹⁴ SARA: Scanning (exploração); Analysis (análise); Response (resposta) e; Assessment (avaliação).

Desenho

- O desenho físico do espaço contribui para uma boa utilização do mesmo?
- O desenho físico permite exercer a vigilância natural e o controle de intrusos?

Sumariamente, as ações de prevenção ao crime devem ser voltadas para os elementos que compõem o espaço público, explanados nos 5 princípios CPTED, representados na figura a seguir:



Figura 3 – Fatores Mensuráveis de Análise no Espaço Público Urbano.

Se agrupados os princípios discutidos anteriormente às práticas sociais, a redução efetiva da criminalidade deverá ser significativa. De acordo com especialistas da área de criminologia, as ações transgressoras e criminosas dependem de um triângulo de fatores, chamado de “triângulo do crime”, onde temos um infrator, que é

motivado por algum interesse particular em cometer tal crime, um alvo ou vítima, denominado de ‘técnica’ e por fim, um ambiente propício, ou seja, a oportunidade.

Para ser eficiente, deve-se atacar as três componentes desse triângulo. Como sugere esse estudo, a componente ‘oportunidade’ pode ser combatida, ou a oportunidade do agressor em cometer o crime pode ser minimizada, através do desenho urbano. A ‘motivação’ relaciona-se mais intimamente com questões de comportamento que são competentes a dimensão da sociologia e criminologia, atuando na interpretação e ligação das motivações criminosas com o histórico de eventos particular do agressor. E, a ‘técnica’ relaciona-se com o comportamento da vítima perante aquela situação de risco; as motivações para sentir insegurança e as tomadas de decisão levando em consideração esse sentimento.

Em concretização, faz-se necessário combinar as duas gamas de atuação: física e social. Aumentando as medidas preventivas, reduzindo as situações de oportunidade de crime através do desenho urbano e retomando premissas sociais e relações de comunidade através do incremento das relações de cidadania.



Figura 4 – Abordagem 2ª Geração CPTED.

É pertinente ressaltar os movimentos de regeneração que se espalham nos grandes centros em todo mundo, pois demonstra também a preocupação na retomada do apreço e interesse aos espaços públicos. Motivados por diversos interesses paralelos, esses movimentos de renovação e regeneração tem por princípio resgatar a essência de determinados locais, tornando-os mais atrativos para a apropriação e utilização da população. Deve aproveitar-se dessa motivação e usufruir dos conhecimentos já explanados para atuar de maneira mais incisiva e assertiva.

Embora as dinâmicas sociais estejam em constante transformação, a essência do ser humano em se relacionar com os seus semelhantes certamente não foi perdida. A permanência em espaços públicos obriga as pessoas a se exporem a diversidade. E a partir do convívio com a diversidade é que se quebram barreiras e preconceitos, diminuindo as diferenças e aumentando a tolerância.

Evidente que a geração de violência urbana não depende somente do ambiente construído, mas sim de uma série de fatores que influenciam na formação do indivíduo e de uma sociedade. Não se pretende, nesse estudo, questionar a qualidade das ações policiais e políticas nesse contexto, embora estas sejam extremamente relevantes e pertinentes para a temática. Entende-se que por constituir um quadro multidisciplinar e extremamente complexo, deve merecer especial atenção e um estudo particular a cada realidade, levando em consideração o histórico e cultura local. A realidade de cidades pequenas e grandes metrópoles, em países em desenvolvimento e os desenvolvidos, são completamente antagônicas. Não se pode afirmar unilateralmente uma causa para a insegurança e tão pouco para a violência de fato. Mas pode-se, e deve-se destacar o papel e a responsabilidade da vertente do urbanismo e o papel individual e coletivo dos cidadãos nesse quadro.

4. Índices do Crime e a Prevenção Através do Desenho Urbano

4.1. Índice do Crime em Portugal no Contexto Europeu e Nacional

Portugal configura-se entre um dos países mais seguros da Europa e mundialmente. O relatório realizado e emitido pelo *Institute for Economic and Peace – Global Peace Index 2018 (GPI)*, analisa e pontua 163 países, através de 23 quesitos quantitativos e qualitativos, sob as seguintes temáticas: nível de segurança e proteção social; a extensão do conflito interno e internacional em andamento; e o grau de militarização. O resultado de 2018 apontou uma queda global na percentagem de pacificidade, sendo que 92 países decaíram e apenas 71 obtiveram melhores resultados do que no ano anterior. Portugal apresentou um resultado inferior que em 2017, perdendo uma posição, mas ainda configurando entre os 5 melhores do mundo (4º posição) e 3º colocado na Europa. O continente europeu segue como o mais pacífico do mundo, apesar de alguns países como Espanha, terem apresentado uma queda significativa no GPI – 2018.

RANK	COUNTRY	SCORE	CHANGE
1	Iceland	1.096	↔
2	New Zealand	1.192	↔
3	Austria	1.274	↑ 1
4	Portugal	1.318	↓ 1
5	Denmark	1.353	↔
6	Canada	1.372	↔
7	Czech Republic	1.381	↔
8	Singapore	1.382	↑ 3
9	Japan	1.391	↓ 1
10	Ireland	1.393	↑ 2
11	Slovenia	1.396	↓ 1
12	Switzerland	1.407	↓ 3
13	Australia	1.435	↔
14	Sweden	1.502	↔
15	Finland	1.506	↑ 3
16	Norway	1.519	↔
17	Germany	1.531	↔
17	Hungary	1.531	↓ 2
19	Bhutan	1.545	↑ 5
20	Mauritius	1.548	↓ 1
21	Belgium	1.56	↔
22	Slovakia	1.568	↑ 3
23	Netherlands	1.574	↓ 1
24	Romania	1.596	↑ 3
25	Malaysia	1.619	↑ 4
26	Bulgaria	1.635	↑ 2
27	Croatia	1.639	↑ 4
28	Chile	1.649	↓ 5

TABLE 1.6 Europe				
Regional Rank	Country	Overall Score	Score change	Overall Rank
1	Iceland	1.096	0.005	1
2	Austria	1.274	-0.022	3
3	Portugal	1.318	0.039	4
4	Denmark	1.353	0.032	5
5	Czech Republic	1.381	0.009	7
6	Ireland	1.393	-0.012	10
7	Slovenia	1.396	0.014	11
8	Switzerland	1.407	0.028	12
9	Sweden	1.502	0.006	14
10	Finland	1.506	-0.022	15
11	Norway	1.519	0.014	16
12	Germany	1.531	0.016	17
12	Hungary	1.531	0.029	17
14	Belgium	1.56	-0.004	21
15	Slovakia	1.568	-0.05	22
16	Netherlands	1.574	0.007	23
17	Romania	1.596	-0.025	24
18	Bulgaria	1.635	-0.001	26
19	Croatia	1.639	-0.035	27
20	Spain	1.678	0.127	30

Tabela 1 – Institute for Economics & Peace. Global Peace Index 2018: Measuring Peace in a Complex World, Sydney, June 2018. Fonte: <http://visionofhumanity> (02/08/2018).

O estudo aponta uma série de causas para o declínio geral na pontuação. Com relação mais direta a temática, destaco o aumento de movimentos extremistas e nacionalistas, a crise migratória e de refugiados que afeta principalmente a Europa, a dualidade política de grandes países e mesmo as tensões em andamento entre a UE e o BREXIT, as intolerâncias religiosas e de gênero e a deficiente coesão social. O cenário atual é conflituoso e essa atmosfera de mudanças exige mais capacidade de resposta e resiliência das cidades e dos países em geral.

Nesse sentido, o documento traz o conceito de “Paz Positiva”, que consiste em atitudes, instituições e estruturas que criam e sustentam sociedades pacíficas, representando um esforço coletivo de diferentes agentes para reverter o quadro atual. Para isso, foi estruturada uma rede de 8 pilares, conforme a figura abaixo:

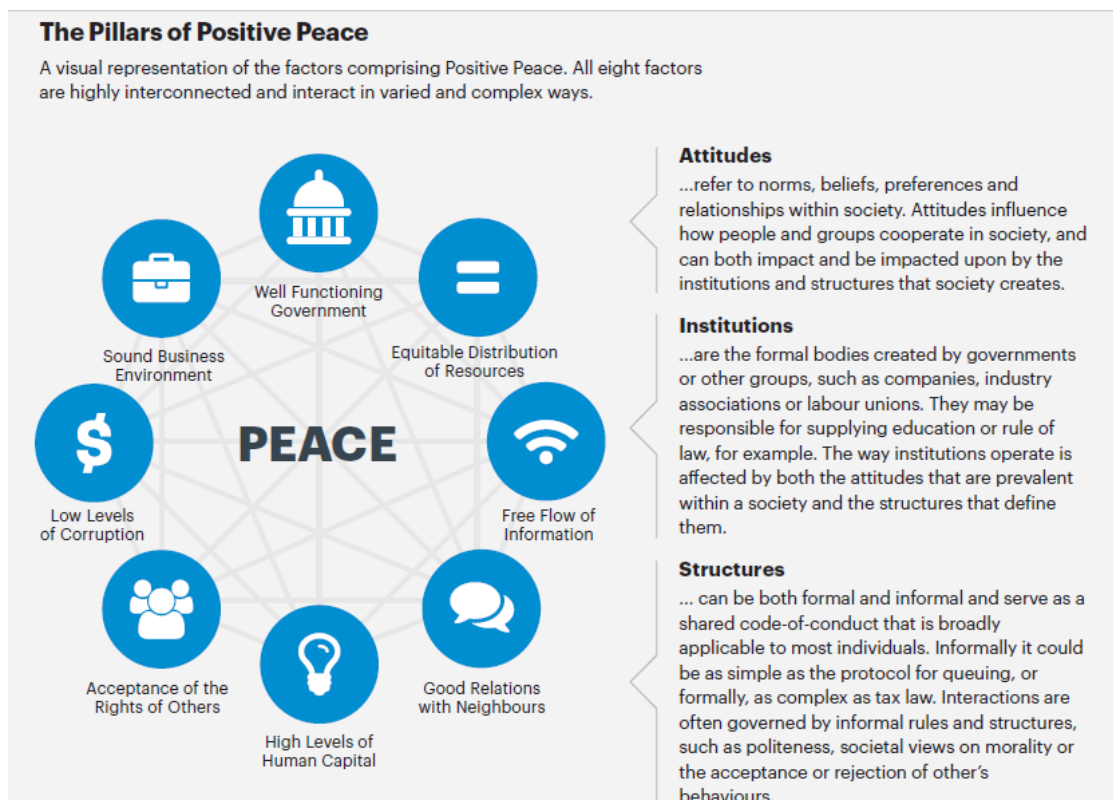


Figura 5 – Institute for Economics & Peace. Global Peace Index 2018: Measuring Peace in a Complex World, Sydney, June 2018. Fonte: <http://visionofhumanity> (02/08/2018).

Os problemas que as nações enfrentam atualmente, são problemas complexos e as soluções para os desafios atuais devem ser como tais, complexas e inovadoras. Somente através de uma visão holística é que se poderá construir ou reconstruir uma estrutura forte e com capacidade de não somente responder às ameaças, mas também, antecipar-se as mesmas. Essa visão compõe a visão apresentada pelo CPTED, reforçando sua importância dentro de um quadro maior.

A empresa Mercer, especializada no desenvolvimento de análises e estatísticas em diversos setores para clientes pessoais e corporativos, realiza todo ano um *ranking*¹⁵ das cidades com a melhor qualidade de vida do mundo. O *ranking* analisa uma gama diversa de fatores e no ano de 2018, classificou Lisboa em 38º lugar representando uma subida de cinco posições em relação ao ano anterior.

No contexto nacional português, o Relatório Anual de Segurança Interna de 2017 (RASI) revelou que a criminalidade em geral declinou em 18,8% entre o período de 2008

¹⁵ Fonte: Mercer. Acedido em 07/08/2018: <https://mobilityexchange.mercer.com/Insights/quality-of-living-rankings>.

a 2017 e a criminalidade violenta e grave reduziu em 37,1%, representando apenas 4,4% de todos os crimes. Entretanto, o número da criminalidade em geral apresentado em 2017 em relação ao ano anterior teve um ligeiro aumento (+3,3%), enquanto que a criminalidade violenta e grave diminuiu (-8,7%). Os roubos nessa categoria que apresentam maior expressão são os de “roubo na via pública exceto por esticção” (38,2%) e “roubo por esticção” (25,7%).

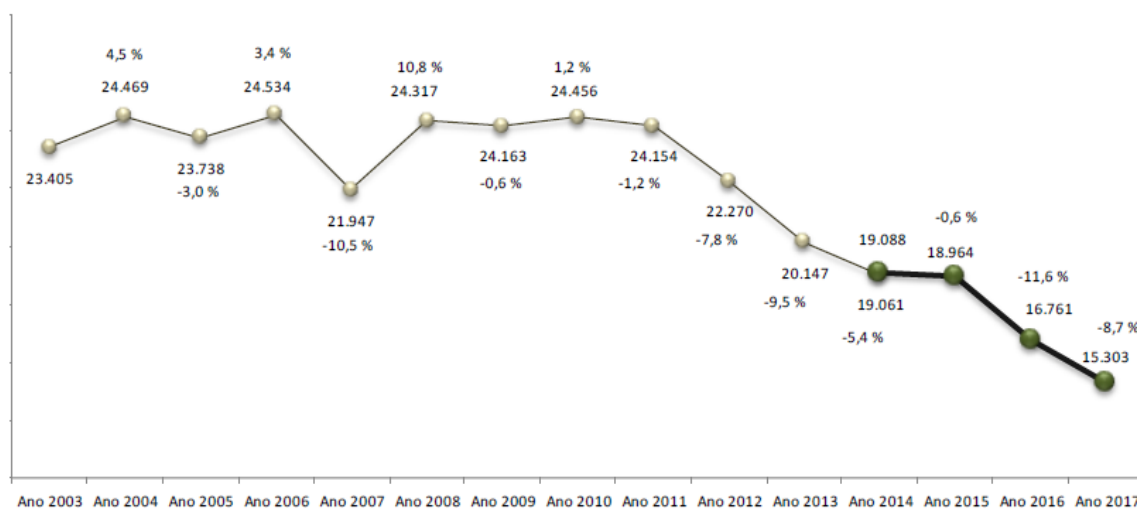


Gráfico 1 – Gráfico Ilustrativo da Criminalidade violenta e grave Ano 2003-Ano 2017. Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna – 2017.

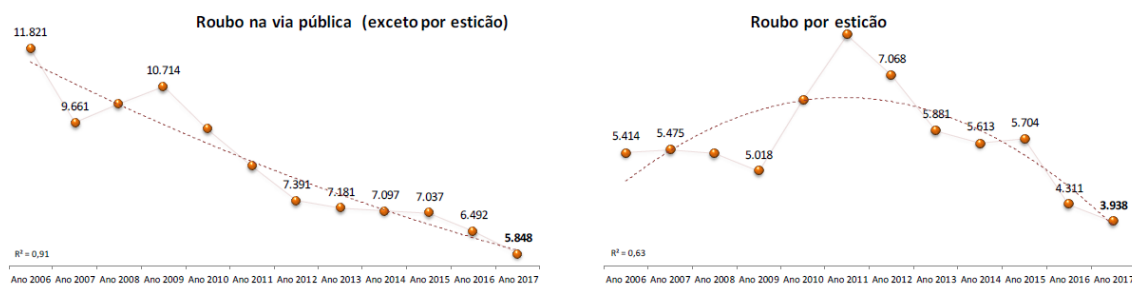


Gráfico 2 – Tendência Registrada nas Formas de Roubo. Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna – 2017.

No distrito de Lisboa, os números vêm caindo ininterruptamente desde 2011, tendo uma queda significativa do último ano para 2017 (37,3%).



Gráfico 3 – Gráfico da Criminalidade Violenta e Grave em Lisboa. Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna – 2017.

Em linhas gerais o RASI – 2017 apresentou números positivos para o território português no que diz respeito aos crimes ligados a segurança pública, e mais particularmente os ilustrados nos gráficos acima, sendo que os delitos são maioritariamente referentes a pequenos furtos, normalmente focalizados em turistas e lugares com aglomeração, os “*pickpockets*”, e ao património público em forma de depredação de mobiliário e grafites sem expressão artística e não autorizado.

4.2. Os Conceitos CPTED na Legislação e Instrumentos de Gestão Territorial

Nos anos 2000, a UE lançou a Norma Europeia sobre a Prevenção ao crime, a qual foi adotada oficialmente pelo Instituto Português de Qualidade. Porém, não foi atribuído carácter obrigatório ao cumprimento da mesma para novos projetos ou para projetos de requalificação, levando a uma inevitável obsolescência. Após a publicação do Conselho da UE “*Council Conclusions on Encouraging Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED)*” em 2011, os conceitos de CPTED ou CP-UDP (*Crime Prevention Through Urban Design and Planning*) começaram a ser incorporados nas práticas de urbanismo e planeamento no território português.

Para tal, a Direção Geral de Gestão Territorial e Desenvolvimento Urbano (DGOT-DU) publicou em 2011 um documento especial sobre Segurança Pública e

Desenvolvimento Urbano (DGOTDU, 2011). Seguindo a tendência, a Junta Geral de Administração Interna (DGAI) publicou o primeiro Guia oficial de Melhores Práticas em Língua Portuguesa (DGAI, 2013). Posteriormente, a Estratégia Nacional de Habitação / Reabilitação Urbana recomenda o CP-UDP na reabilitação do espaço público e nas novas avaliações de projetos. Recentemente, o Programa do XXI Governo Constitucional estabeleceu uma nova geração de Contratos Locais de Segurança (um instrumento de cooperação entre a Administração Interna, as administrações locais e a comunidade), incluindo especificamente “Eliminação de fatores criminógenos – ex.: Identificação e intervenção nos fatores urbanísticos que potenciam a atividade criminosa – devolução do espaço público à comunidade”¹⁶.

Existe um crescente interesse na temática CPTED ou CP-UDP no contexto português, sendo já realizados amplos trabalhos na perspectiva académica, porém sem ainda ter alcançado um grande impacto prático. É importante investir na qualidade técnica dos agentes policiais e dos profissionais de planeamento urbano, bem como as autarquias em nível local e nacional. A prevenção da criminalidade sob a ótica CPTED incide sobre um trabalho numa escala próxima ao terreno, articulado com autoridades locais juntamente com os cidadãos, construindo parcerias com outras instituições trabalhando, portanto, numa abordagem do tipo “*bottom-up*”. Essa abordagem pode ser através de programas de incentivo e ajuda à inclusão social e às intervenções urbanas, como o programa BIP/ZIP em Lisboa. O Programa BIP-ZIP – Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa foi criado em 2011 pela autarquia municipal e atua como um instrumento que visa dinamizar parcerias com agentes locais e a comunidade, traduzidos em pequenas intervenções em zonas críticas do município, contribuindo para aumentar a coesão social e territorial. Existem diversos outros programas que possuem esse mesmo perfil, criados pela CML – Câmara Municipal de Lisboa, ou pelas diversas freguesias do município de Lisboa, e outros, com o intuito de atuar localmente, mas compartilhando uma visão global.

Por outro lado, existe pouca abordagem direta na legislação portuguesa à temática da segurança pública e prevenção criminal nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), nomeadamente: Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território

¹⁶ Fonte – Acessada em 07/08/2018: <https://www.portugal.gov.pt/media/20490378/20160714-mai-contratos-locais-seguranca.pdf>

e de Urbanismo (LBOTU); do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) e do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE). Isso demonstra a fragilidade desses instrumentos na incorporação dessa vertente indo de encontro ao sinalizado anteriormente; o combate ao crime e as questões de segurança pública ainda são temas tratados *a posteriori* e maioritariamente por força policial e privada ou tecnologia de vigilância.

No âmbito europeu, destacam-se países como o Reino Unido, por exemplo, onde existem programas que foram elaborados desde a década de 80 a partir dos estudos de (Newman, 1972) sobre o *“defensible space”*, como o *“Design Against Crime”*, que trabalha com a ideia de que pensamento e desenvolvimento do desenho podem e devem tratar de questões de segurança sem comprometer a funcionalidade e outros aspectos de desempenho ou estética. Nessa perspectiva, também no Reino Unido em 1989 foi criado *“Secured by Design”* e o equivalente, na Holanda, *“Politiekeurmerk Veilig Wonen”*, ambos baseados nos princípios CPTED, atuam como uma espécie de selo de segurança atribuídos as performances de materiais sob a ótica anti-roubo às residências que foram previamente avaliadas, projetadas e testadas, tendo em vista a sua eficácia na prevenção do crime. No Reino Unido, esses profissionais fazem parte da *“Architectural Liaison Officers”* ou *“Crime Prevention Design Advisors”*, sendo estes especialistas criminais e da força policial, juntamente com arquitetos, urbanistas, paisagistas e especialistas em planejamento urbano.

O sucesso e eficiência da iniciativa inglesa e holandesa deve-se ao incentivo por parte do governo e posterior apoio de stakeholders e um trabalho multidisciplinar dos técnicos. Estão disponíveis nos sites das instituições responsáveis citadas, estudos e materiais desenvolvidos por estes, representando resultados positivos nas comunidades¹⁷. É importante sublinhar a necessidade de reforçar as relações entre os poderes locais e nacionais nos demais países que não apresentam um programa ou incorporam claramente a questão da segurança pública e prevenção do crime no urbanismo e nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), como é o caso de Portugal. Deve-se construir uma estratégia global, abrangida pelos IGT e diretamente tratadas nos

¹⁷ Para acessar as publicações, consultar as fontes: *“Design Against Crime”* em <http://www.designagainstcrime.com>; *“Secured by Design”* em <http://www.securedbydesign.com>; *“Design Council”* <https://www.designcouncil.org.uk>.

instrumentos de âmbito local transversalmente à outras questões como o turismo, a mobilidade, o desenvolvimento econômico, social e político das cidades.

5. Componente Prática – Parte I

5.1. Ferramenta de Análise e Avaliação

Face ao que foi abordado nessa dissertação, pretende-se para a componente prática a elaboração de uma ferramenta de análise e avaliação que deverá ser organizada através dos princípios CPTED apresentados. O desenvolvimento da ferramenta será baseado na bibliografia específica amplamente estudada durante a componente teórica. Baseando-se em outras ferramentas de análise como WAT (*Walkability Audit Tool*) a ferramenta apresentada será denominada de PSAT (*Public Spaces Audit Tool*).

O objetivo é apresentar um método simplificado que irá auxiliar na avaliação dos espaços públicos urbanos sob a perspectiva da percepção de segurança, permitindo obter resultados para cada princípio CPTED (Vigilância Natural, Territorialidade, Controle Natural de Acesso, Manutenção e Uso e atividade) conforme estruturado na componente teórica, e por sua vez, incluirá recomendações para que sejam trabalhados e melhorados os aspectos que não forem classificados como “satisfatório”.

Para tal, a ferramenta foi estruturada nos 5 princípios CPTED, intitulados como “vetores” e para cada um, foi definido “indicadores” como forma de medir especificamente os aspectos de cada vetor. Cada indicador contém orientações específicas sobre o desenho urbano, conforme o explanado na componente teórica.

Como forma de avaliação, foi criado um sistema simplificado classificando em 3 categorias “satisfatório”, “aceitável” e “insatisfatório”¹⁸ cada “indicador” para cada “vetor”. Ao final, foi atribuído uma pontuação com intervalo de pontos em cada categoria, permitindo obter um panorama geral de cada vetor, e ao final, do ambiente em geral através da somatória de todos os vetores.

¹⁸ As categorias de classificação foram atribuídas da seguinte maneira: “satisfatório” para os indicadores que estão integralmente de acordo com os princípios da ferramenta PSAT; “aceitável” para os indicadores que estão parcialmente de acordo com os princípios da ferramenta PSAT, sem comprometer a funcionalidade geral e “insatisfatório” para os indicadores que não estiverem de acordo com os princípios da ferramenta PSAT.

Por fim, foram definidas recomendações individuais para cada “indicador”, auxiliando na construção de futuras interferências a fim de aumentar a percepção de segurança no espaço público em questão.

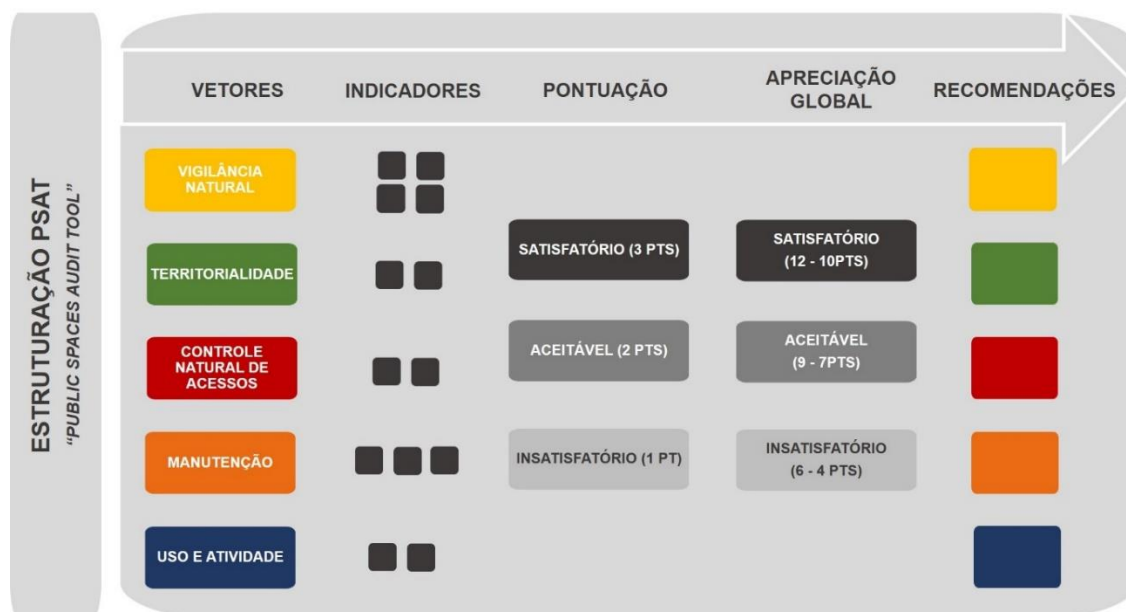


Figura 6 – Estruturação da Ferramenta PSAT.

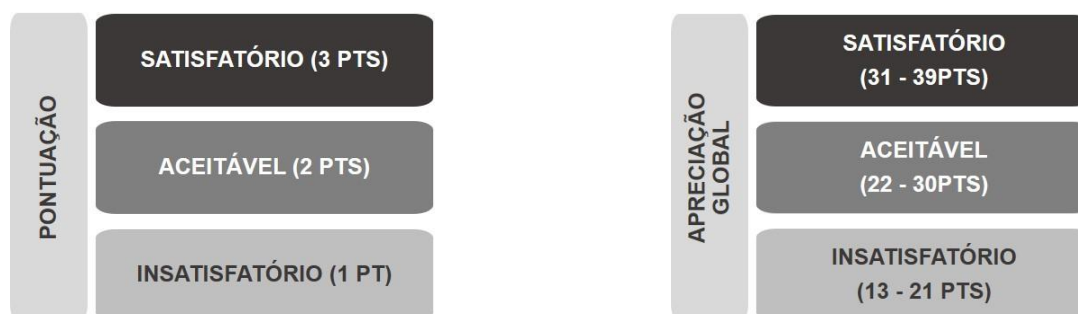


Figura 7 – Esquema de Avaliação.

VETORES	INDICADORES	ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS
VIGILÂNCIA NATURAL	ORIENTAÇÃO DO EDIFÍCIO NO TERRENO	O edifício deverá ser orientado para as áreas públicas adjacentes para que permita a visão de dentro para fora e vice-versa.
	ALTURA DOS EDIFÍCIOS	Deverá ser compatível com a escala humana, tendo altura total ou até os elementos em projeção (marquises, frisos, quebras de padrão na fachada e etc.) de no máximo ao equivalente a 5 andares.
	ELEMENTOS ENVIDRAÇADOS	Deverá conter áreas envidraçadas (janelas ou aberturas) que permitam a vigilância e interação do ambiente interno e externo, sem a perda de privacidade.
	PERMEABILIDADE VISUAL	Passagens sem obstrução total da visibilidade. O usuário deverá poder ver e ser visto na maior parte de seu percurso e estadia, ou com capacidade de escape em rotas rápidas para locais desobstruídos.
TERRITORIALIDADE	DEMARCAÇÃO DE PROPRIEDADE	Os ambientes devem ser claramente distinguíveis entre público e privado. Poderá ser feito através de pinturas no pavimento, vegetação delimitadora e outros elementos não agressivos (deve-se evitar o uso de portões e muros extremamente altos para não proporcionar uma sensação de clausura, perdendo então o contato com o espaço público).
	SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO	Esse indicador é subjetivo e deve ser analisado do ponto de vista do observador. Consiste na percepção do observador em relação ao conforto que consegue ou não ter no espaço. Está associado a qualidade do espaço e deve-se apurar todos os indicadores listados nessa ferramenta.
CONTROLE NATURAL DE ACESSOS	ROTAS E CAMINHOS	Devem ser demarcados e de opções limitadas para não gerar confusão no usuário e não possibilitar demasiadas rotas de fugas aos ofensores. Em áreas de pouco uso noturno (grandes parques urbanos, passarelas ou túneis) o acesso deverá ser totalmente interrompido, evitando a circulação de pessoas em uma área de vigilância fragilizada.
	SINALÉTICA E ILUMINAÇÃO	Todas as áreas devem ser bem sinalizadas em conformidade com suas políticas de utilização, bem como devem ter iluminação adequada em todos os períodos de uso.
MANUTENÇÃO	QUALIDADE DAS EDIFICAÇÕES	As edificações devem sempre apresentar bom estado de conservação, sendo condenável o aspecto de degradação, como por exemplo: janelas quebradas ou paredes sem acabamento.
	VEGETAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO	Os elementos verdes devem ter aspecto cuidado e podado para não demonstrar a sensação de abandono. Os pavimentos não devem conter rachaduras ou aspecto de desgaste.
	MOBILIÁRIO URBANO	Todo mobiliário urbano contido no espaço deverá estar com bom aspecto, não sendo aceitável elementos quebrados, grafitados ilegalmente, ou sem acabamento adequado. Deve-se levar em conta que a falta de mobiliário é equivalente a degradação.
USO E ATIVIDADE	FREQUÊNCIA	Deverá ser observada a frequência de utilização do espaço ao longo do dia. O ambiente deve oferecer a mesma qualidade e frequência de uso no período noturno.
	POTENCIALIDADE	Avaliar se a área em questão está sendo utilizada em seu máximo potencial na perspectiva da implementação de usos e atividades. Em caso negativo, esse deverá ser um ponto a ser melhorado conforme as recomendações.

Figura 8 – Organização dos Vetores e Indicadores.

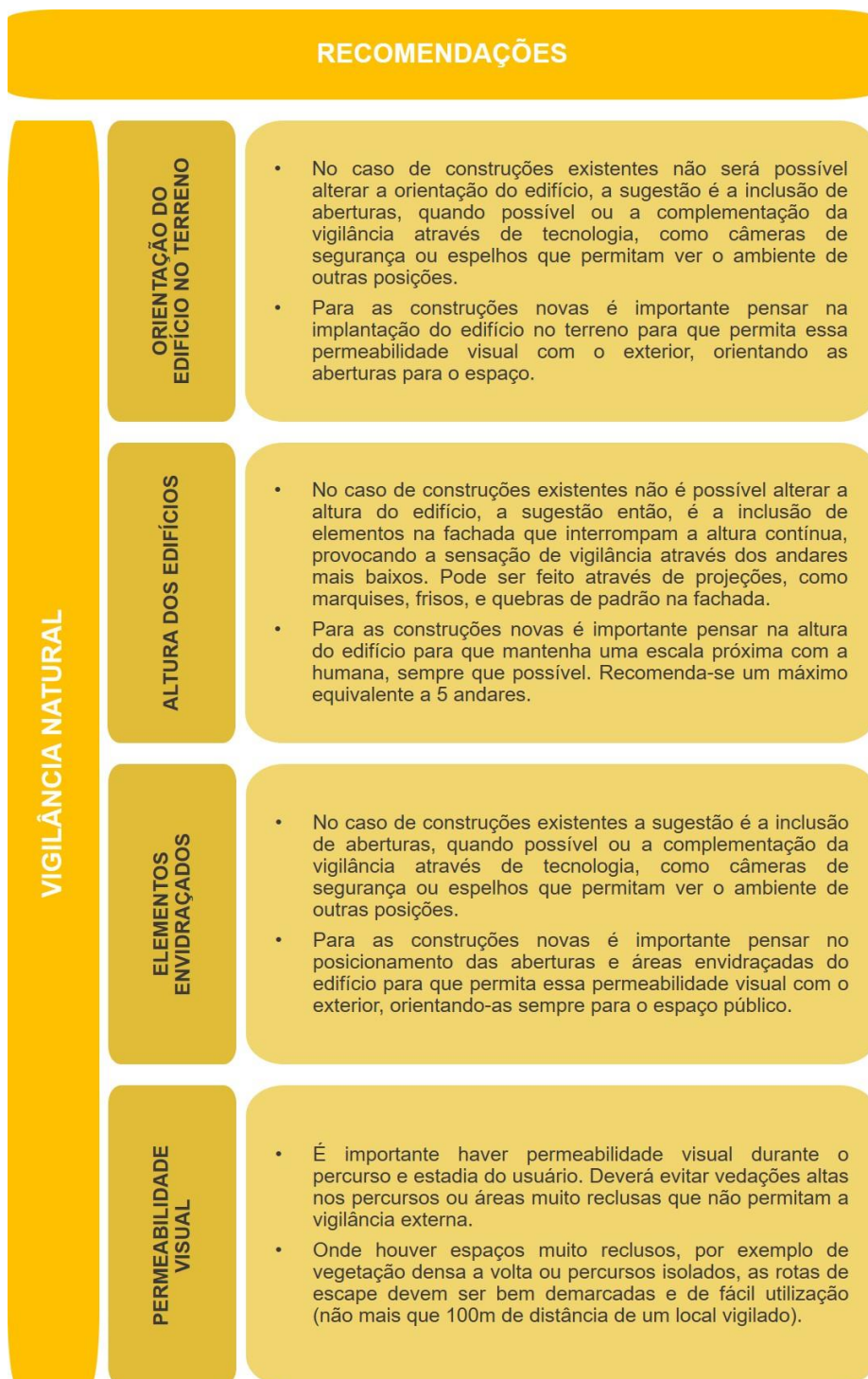


Figura 9 – Recomendações vetor “vigilância natural”.

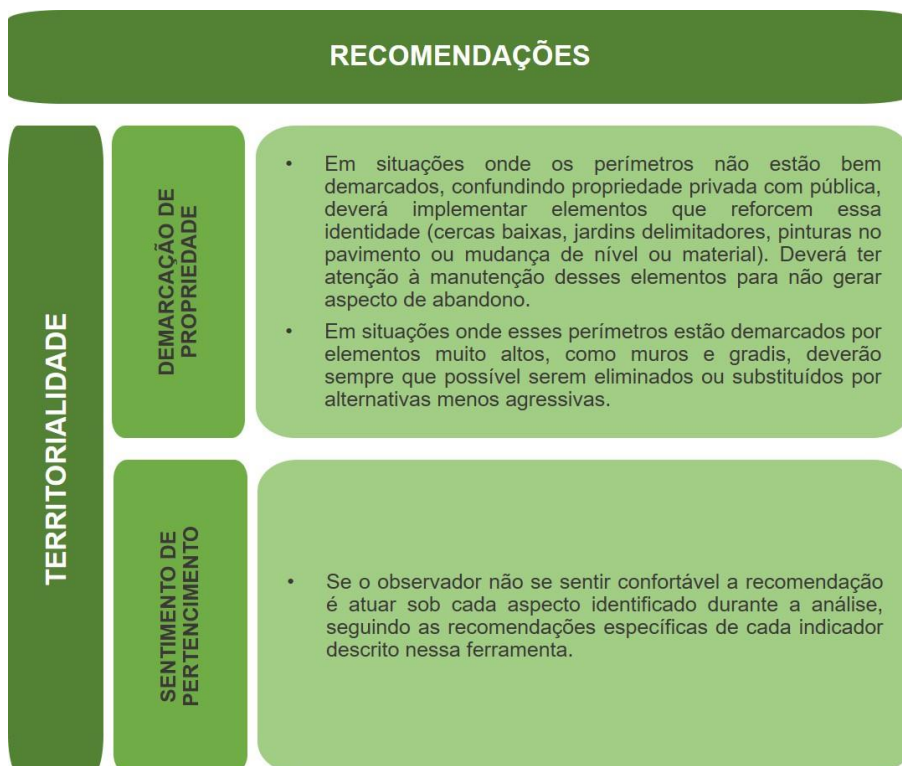


Figura 10 – Recomendações vetor “territorialidade”.

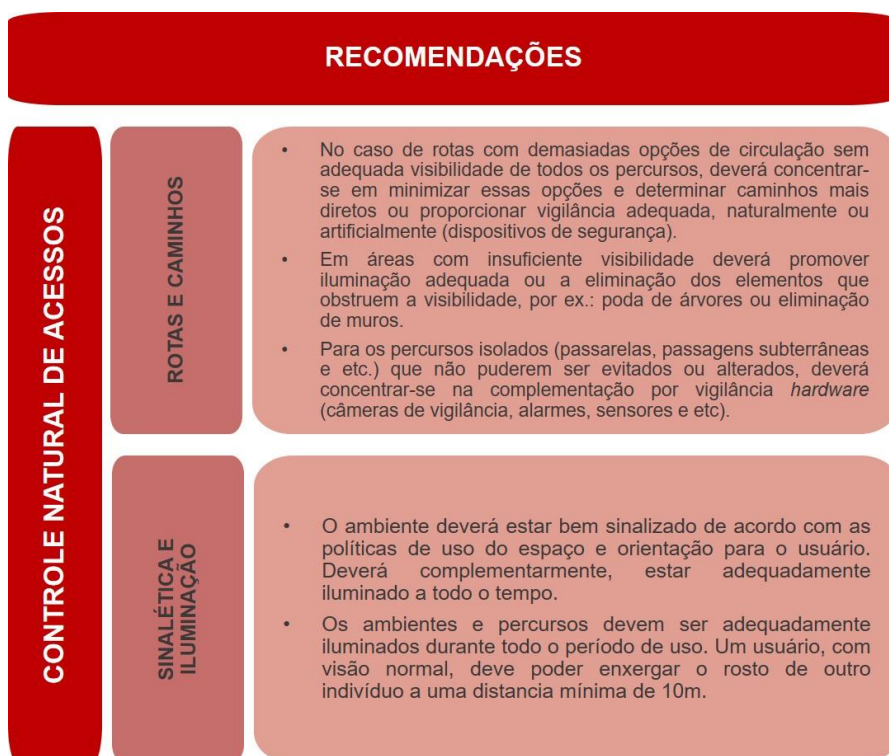


Figura 11 – Recomendações vetor “controle natural de acessos”.

RECOMENDAÇÕES		
MANUTENÇÃO	QUALIDADE DAS EDIFICAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> Para as edificações que não estiverem em bom estado deverá ser contatado os responsáveis pela sua manutenção. Deverá ser reparada tão cedo quanto possível, sendo os itens de prioridade: remoção de grafite ilegal; conserto de janelas e elementos quebrados; retoque na pintura e acabamentos. O mau aspecto das edificações traz a sensação de abandono e negligência, cenário que torna-se propício para ações delinquentes.
	VEGETAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Os elementos que estiverem necessitando de reparo ou manutenção de poda, deverão ser reportados aos responsáveis. Deve-se dar prioridade a manutenção dos elementos vegetais, como: poda de árvores que obstruam a visibilidade, iluminação ou o percurso. A pavimentação muito danificada que ofereça risco para o usuário (buracos nos percursos, ferros soltos e etc.) deverão ser prontamente reportados e eliminados.
	MOBILIÁRIO URBANO	<ul style="list-style-type: none"> O mobiliário urbano que não estiver em condições de uso, deverá ser reportado aos responsáveis. Deverá dar prioridade aos postes de iluminação avariados, bancos quebrados, bebedores sem funcionamento. Para os ambientes que não possuem qualquer mobiliário urbano, é recomendável iniciativas de reivindicação e/ou intervenção por parte dos frequentadores através de pequenos grupos de mobilização.

Figura 12 – Recomendações vetor “manutenção”.

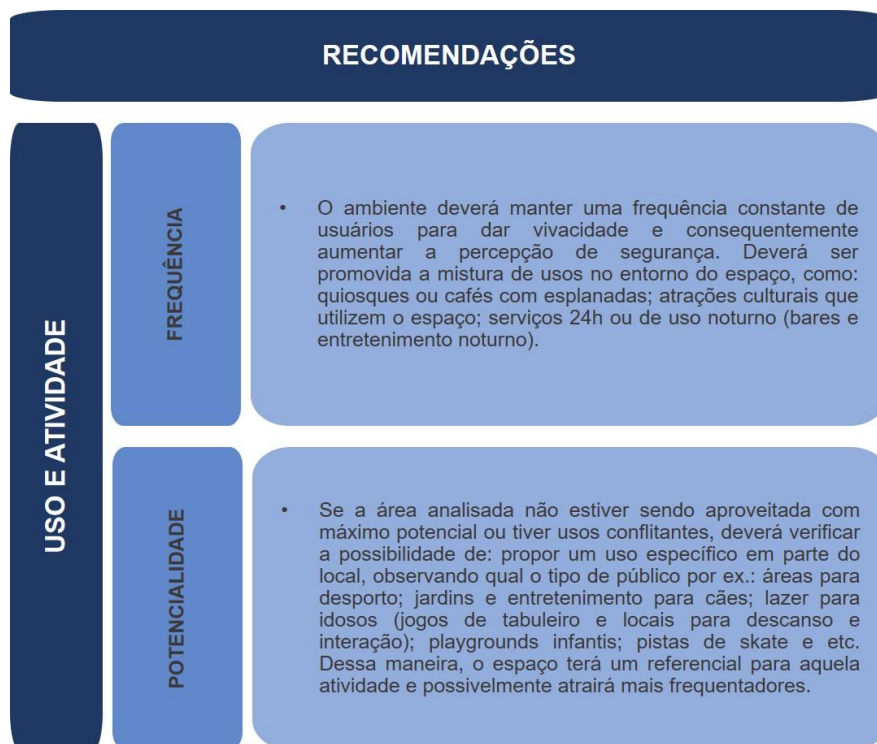


Figura 13 – Recomendações vetor “uso e atividade”.

Conforme o que foi apresentado na componente teórica e especificamente na ferramenta “PSAT”, pretende-se a seguir aplicá-la a duas áreas da cidade de Lisboa a fim de verificar sua eficiência. Para tal, foram selecionadas as áreas do Jardim Fernando Pessoa localizado na Freguesia do Areeiro em Lisboa, e as Rua Dinah Silveira de Queiroz/António Gedeão/Rua Alberto José Pessoa localizada na Freguesia de Marvila, Lisboa.

6. Componente Prática – Parte II

A escolha dos locais para aplicação da ferramenta apresentada foi determinada pelo desejo de testá-la em duas situações socioespaciais diferenciadas dentro da cidade de Lisboa e perceber como a ferramenta se porta em cada caso.

A análise é feita a partir da ótica do usuário, sendo assinalado as percepções visuais e subjetivas (sensação de conforto e segurança) sendo, portanto, não baseada em dados ou entrevistas a entidades, mas sim na observação feita *in loco* seguindo a tabela de avaliação da ferramenta PSAT.

O estudo de caso está organizado da seguinte maneira:

1. Apresentação e localização do espaço objeto de estudo;
2. Comentários gerais sobre o ambiente para cada vetor previamente estipulado;
3. Análise e avaliação através da ferramenta PSAT (feita em forma de tabelas, atribuindo-se a pontuação pré-estabelecida);
4. Apreciação global do espaço, segundo a ferramenta PSAT;
5. Apresentação das recomendações de melhoria, conforme a ferramenta PSAT.

6.1. Estudo de Caso: Jardim Fernando Pessa, Areeiro, Lisboa

Localizado na freguesia do Areeiro o Jardim Fernando Pessa foi denominado em homenagem ao jornalista português Fernando Pessa. Corresponde a um logradouro com área de aproximadamente 14.000,00m². O quarteirão está delimitado pelas Av. de Roma, Av. João XXI, Rua Cervantes, Av. De Madrid e a Rua Edison.

Compreende uma área verde abundante, café com esplanada e espaço destinado para lazer, parque de animais e espaço para desporto. Está envolvido por uma área de uso misto, contendo principalmente residências, mas com comércio e serviços abundantes na sua envolvente. O acesso ao local é facilitado, podendo ser feito através de autocarros (735: Hospital Sta Maria – Cais do Sodré e 767: Campo Mártires Pátria –

Reboleira) ou de metro da Linha Verde “Roma” e “Areeiro” e de comboio da Linha de Cintura “Roma-Areeiro”, além de conter uma estação de *bike sharing* (“Gira” - Lisboa).

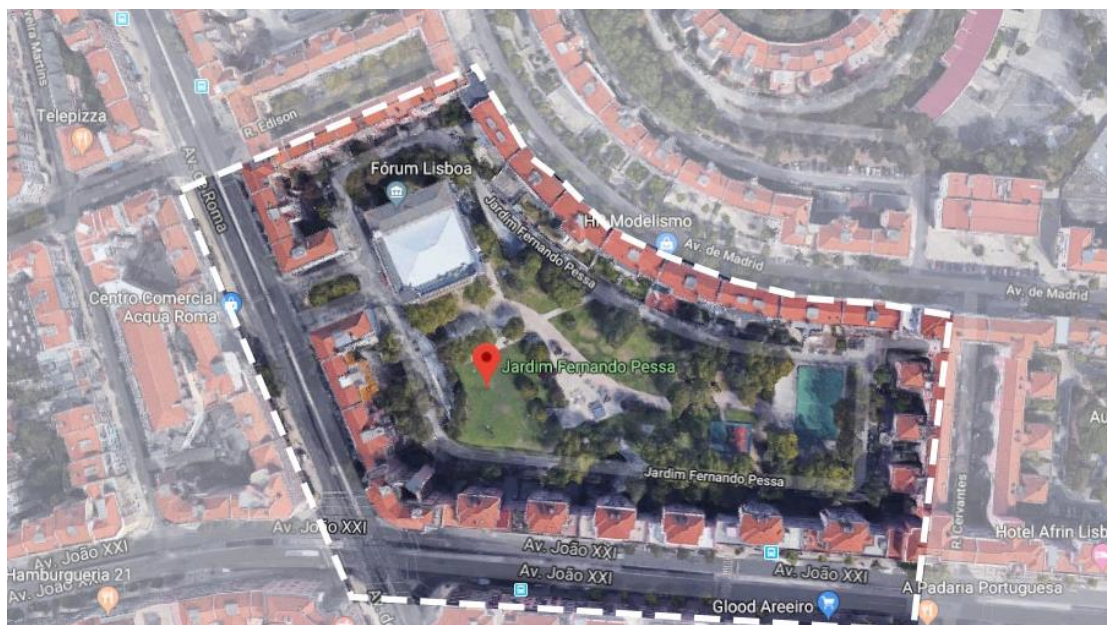


Figura 14 – Localização Jd. Fernando Pessa. Fonte: google.maps.

Vigilância Natural

Os edifícios no entorno do Jd. Fernando Pessa estão orientados de maneira adequada (Figura 15) voltando-se para o jardim em toda sua extensão e permitindo a visão dos usuários e os moradores dos edifícios. A altura máxima de 5 andares (recomendada no CPTED) é respeitada, aumentando a potencialidade de vigilância natural por manter a escala próxima da humana, como recomendado. O ambiente não possui obstrução visual ao longo dos percursos, permitindo a visibilidade de todos os lados do jardim (Figura 16).



Figura 15 – Edifícios entorno / caminhos Jd. Fernando Pessa. Foto própria registrada em 13/09/2018.



Figura 16 – Panorâmica permeabilidade visual Jd. Fernando Pessa. Foto própria registrada em 13/09/2018.

Territorialidade

Os espaços no jardim são devidamente demarcados, respeitando-se a separação de acordo com o uso quando adequado. A exemplo, existe uma área de lazer dedicada exclusivamente a cães, sendo a mesma separada por gradil e bem sinalizada (Figura 17); uma quadra de desporto reservada para seu uso em particular com sinalização adequada (Figura 17); estação de ginástica (Figura 18); e um parque infantil (Figura 18) igualmente bem delimitado e sinalizado, respeitando as recomendações presentes na ferramenta.

O ambiente oferece uma boa qualidade em geral e do ponto de vista do usuário, o ambiente passa uma sensação de cuidado e apreço com o espaço, provocando sensação de conforto e despertando o sentimento de pertencimento nos moradores a volta e também para os frequentadores.



Figura 17 – Parque de cães e Quadra de Desporto Jd. Fernando Pessa. Foto própria registrada em 06/09/2018.



Figura 18 – Estação de Ginástica e Parque Infantil Jd. Fernando Pessa. Foto própria registrada em 13/09/2018.

Controle Natural de Acessos

Os caminhos são bem demarcados no ambiente, oferecendo clara orientação e visibilidade aos usuários. Há sinalização adequada, embora esta esteja em alguns casos vandalizada com grafite inadequado, mas não comprometendo a funcionalidade geral do espaço.

Durante o período noturno foi possível observar uma boa iluminação por todo o espaço, respeitando os princípios descritos nessa ferramenta. Para além, foi observado um bom fluxo de usuários passando pelo local, ou na esplanada ou mesmo nos bancos do jardim, reassegurando uma boa percepção de segurança.



Figura 19 – Visibilidade e Sinalizações Jd. Fernando Pessa. Foto própria registrada em 13/09/2018.

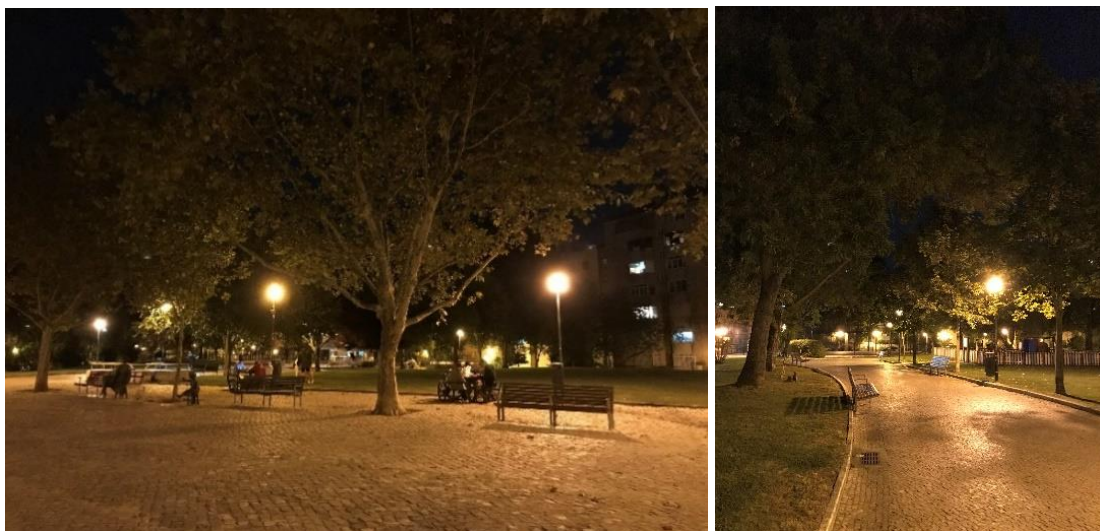


Figura 20 – Boa iluminação noturna no Jd. Fernando Pessa. Foto própria registrada em 17/09/2018.

Manutenção

O ambiente em geral apresenta um bom estado de manutenção. Os edifícios estão com pintura acabada e não há elementos quebrados. A vegetação e a pavimentação apresentam aspecto cuidado, não obstruindo passagens, visibilidade ou iluminação. O mobiliário urbano é adequado e em bom estado, há suficiente bancos, mesas e lixeiras, satisfazendo as recomendações.



Figura 21 – Estado de conservação dos edifícios do entorno, pavimentação e vegetação Jd. Fernando Pessa. Foto própria registrada em 06/09/2018.

Uso e Atividade

Como elucidado, o ambiente possui uma boa diversidade de usos possibilitando o convívio de diversas pessoas no espaço. Há um quiosque com esplanada (Figura 22) que funciona como atração, aumentando a frequência de usuários por períodos mais

longos e também a quadra de desporto que é aberta até as 22h. Embora, a envolvente direta do jardim seja exclusivamente residencial, ao contrário do recomendado, o ambiente funciona de maneira satisfatória. Próximo da Av. de Roma, a qual possui uma ótima diversidade de usos, incluindo o período noturno, esta exerce influência sobre o ambiente oferecendo a oportunidade de circulação de pessoas durante todo o dia.

O ambiente está sendo utilizado de acordo com a sua potencialidade, sendo explorado por atividades diversas e atraindo frequentadores de todas as idades. A exemplo, oferece cinema ao ar livre como atração de verão, aumentando o uso durante o período noturno, potencializando ainda mais sua função social.



Figura 22 – Esplanada e Frequentadores em geral Jd. Fernando Pessa. Foto própria registrada em 13/09/2018.

Resultados da Aplicação da Ferramenta PSAT

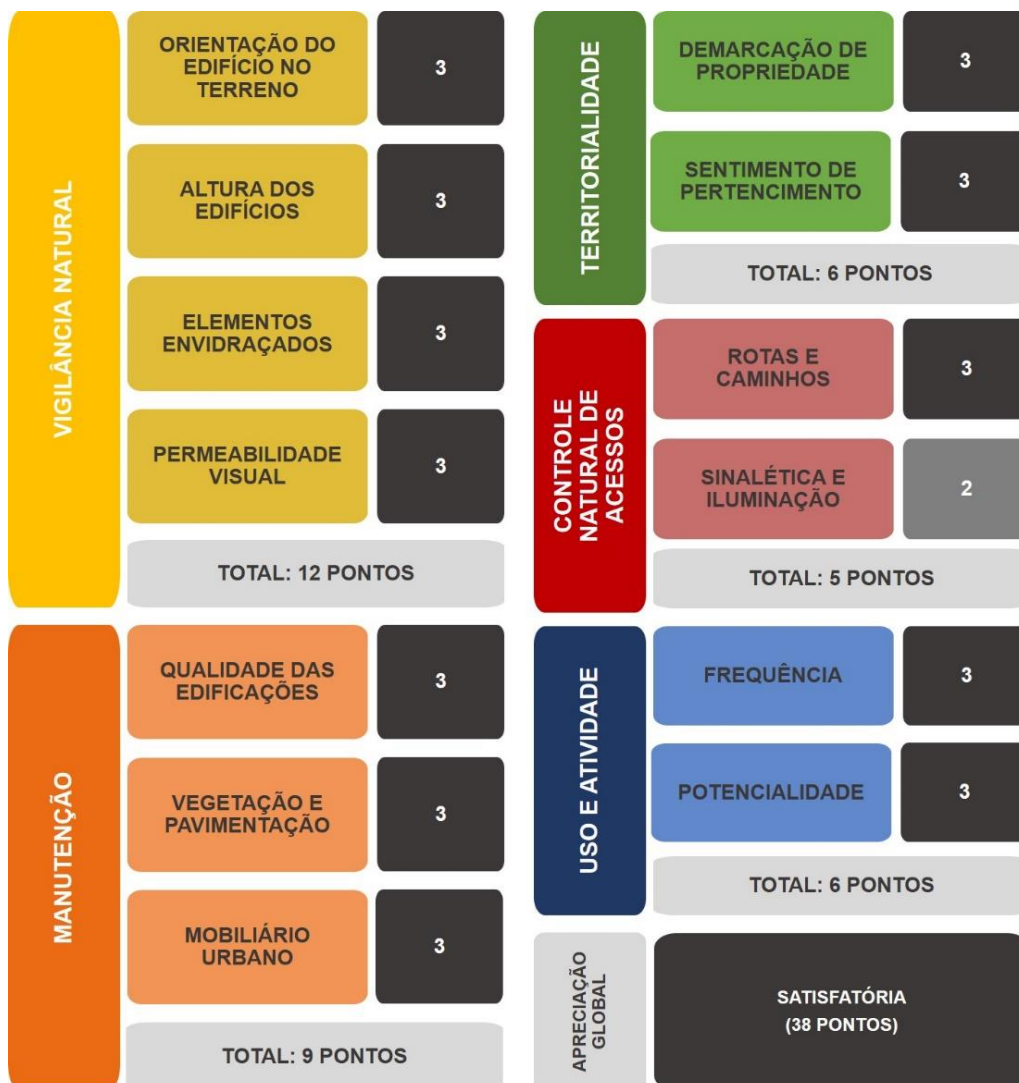


Figura 23 – Resultados Jd. Fernando Pessa.

Apreciação Geral e Recomendações

Conforme os resultados da aplicação da ferramenta PSAT, o ambiente se demonstra bem estruturado conforme os conceitos apresentados. Localiza-se numa região sem histórico de violência, possuindo um bom aspecto em geral e uma boa variação no público que o frequenta.

Destaca-se por ser um ambiente tranquilo e agradável onde convivem de crianças a idosos oferecendo atividades para todas as faixas etárias. O bom estado de conservação dos edifícios no entorno e os equipamentos do jardim demonstram o

cuidado e apreço com o local, que tem como responsável pela manutenção e gestão a freguesia do Areeiro, mas claramente é respeitado e conservado pelos moradores a volta e seus os eventuais frequentadores.

É feito bom proveito do potencial das instalações e o ambiente em geral cumpre sua função como um espaço público de qualidade. O jardim funciona como um espaço acolhedor onde as pessoas se sentem seguras e confortáveis em usufruir de suas atividades ou simplesmente para descanso.

Como aspecto a ser trabalhado, foi observado algum grafite inadequado nas sinalizações do jardim, o que, segundo a ferramenta PSAT, deve ser reportado a entidade responsável (freguesia do Areeiro) para que as sinalizações sejam substituídas, melhorando ainda mais a qualidade estética do ambiente.

De maneira geral a dinâmica que pôde ser observada durante a análise, foi muito positiva em relação aos conceitos explanados durante essa dissertação. Ficou evidente a importância da qualidade das instalações, o posicionamento dos percursos e dos edifícios no entorno, contribuindo para a questão da visibilidade e autovigilância, e ainda, a diversidade de usos e atividades proposto no espaço, maximizando o conceito de convívio em sociedade. O ambiente como um todo é uma boa representação de um círculo virtuoso do ponto de vista CPTED. Onde, um ambiente bem cuidado e frequentemente utilizado gera um bom sentimento de segurança e pertencimento, provocando por sua vez, o desejo de se manter a qualidade do espaço físico e o interesse em sua utilização.

6.2. Estudo de Caso: Rua Dinah Silveira de Queiroz/António Gedeão/Rua Alberto José Pessoa, Marvila, Lisboa

As ruas objeto de estudo estão compreendidas na Freguesia de Marvila, bairro composto essencialmente por habitações sociais e com exceção da Biblioteca de Marvila e uma Escola Básica, não possui grande variedade de uso.

O acesso ao local é pouco eficiente, havendo três linhas de autocarro que servem a região (759: Restauradores – Oriente; 793: Estação Roma-Areeiro – Marvila; 31B: Vale

Formoso – B.º Alfinetes). Existe uma estação de comboio da Linha de Azambuja “Marvila”, mas que tem acesso dificultado e inadequado.

O tecido urbano é bastante fragmentado, possuindo diversos lotes vagos e/ou abandonados e com fraca conectividade pedonal ou ciclável. Essa fragmentação desperta uma sensação de isolamento, depreciando a percepção de conforto e segurança para o usuário.

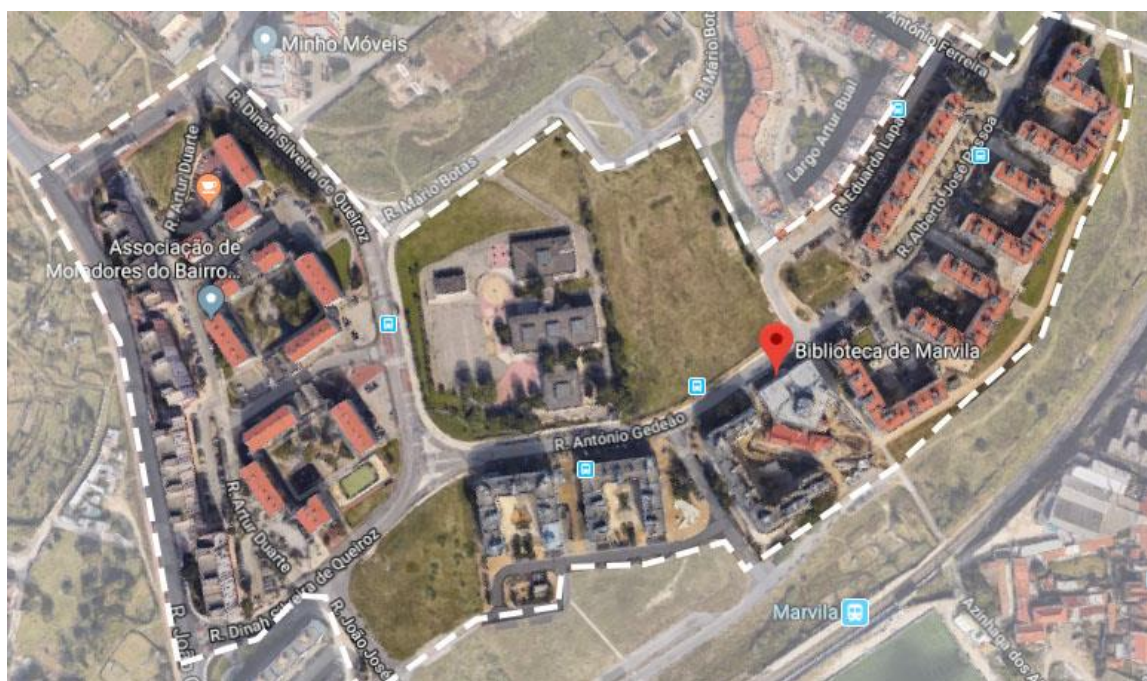


Figura 24 – Localização Rua Dinah Silveira de Queiroz/António Gedeão/Rua Alberto José Pessoa. Fonte: google.maps

Vigilância Natural

A implantação dos edifícios de modo geral é confusa, pois possibilita diversos percursos e acessos em diferentes níveis, dificultando a visibilidade do ambiente como um todo. Há acesso laterais e nas traseiras dos edifícios o que contribui para criação de pequenos “esconderijos” (áreas fora do alcance de visão dos transeuntes). Por outro lado, a altura máxima de 5 andares (recomendada no CPTED) é respeitada, contribuindo para vigilância natural, porém apenas de quem observa a partir dos edifícios. A baixa circulação de pessoas na área somada as obstruções de visão ao longo dos percursos não contribuem para a vigilância natural em geral do espaço. Para além, o excessivo estacionamento de veículos por todo o terreno adjacente as edificações, dificulta a

permeabilidade visual e deprecia a imagem do ambiente. Os lotes vazios despertam sensação de isolamento e abandono da área.



Figura 25 – Acessos laterais às edificações, Marvila. Foto própria registrada em 12/09/2018.



Figura 26 – Acessos isolados, Marvila. Foto própria registrada em 12/09/2018.

Territorialidade

As áreas de uso específico, como quadras desportivas e parques infantis são devidamente demarcadas e sinalizadas, respeitando as recomendações. Devido a fragmentação do tecido urbano, provocada essencialmente pela fraca ligação pedonal ou ciclável entre as ruas e edificações, além da presença de muitos lotes vazios e com aspecto de abandono, o território não passa uma boa imagem na questão do sentimento de pertencimento. Os frequentadores são essencialmente os moradores imediatos do local. Pode-se observar claramente que o morador de um bloco de edifício não frequenta as áreas de lazer localizadas nos demais. Por exemplo, há apenas uma quadra de desporto (a qual estava vazia nos dias de visita), mas pôde-se observar crianças dos edifícios, que não possuem quadra de desporto, brincando em local não específico, ao invés de utilizar a quadra de desporto existente. No mais, as áreas no interior dos edifícios funcionam como espaços semi-públicos, onde é permitido a entrada sem restrições, mas a utilização é essencialmente dos moradores do local, fato que não torna o ambiente convidativo.



Figura 27 – Quadra de desporto e Parque Infantil, Marvila. Foto própria registrada em 12/09/2018.



Figura 28 – Áreas semi-públicas no interior dos edifícios, Marvila. Foto própria registrada em 12/09/2018.

Controle Natural de Acessos

O ambiente analisado demonstra uma fragilidade no que diz respeito ao controle natural de acessos. Como mencionado anteriormente, a multiplicidade de caminhos e acessos aos edifícios, bem como os lotes vazios, desorientam o usuário durante seu percurso e aumentam a possibilidade de “esconderijos” para potenciais ofensores. Ao longo dessa dissertação foi abordado exaustivamente a nocividade dos “espaços vazios” ao longo do tecido construído e essa fragmentação na malha urbana causa desconforto, sensação de abandono, e consequentemente enfraquece a percepção de segurança.

A iluminação noturna é bastante satisfatória na maioria dos espaços, porém a falta de circulação de pessoas, ocasionada pela fraca atratividade da região em termos de atividades e atrações, torna o ambiente perceptivelmente inseguro durante a noite.



Figura 29 – Acesso confuso e Acesso isolado, Marvila. Foto própria registrada em 12/09/2018.



Figura 30 – Boa iluminação nas ruas, porém com aspecto de isolamento, Marvila. Foto própria registrada em 12/09/2018.

Manutenção

No aspecto manutenção, o ambiente difere muito entre si. Há boa manutenção na quadra de desporto e no parque infantil, porém as ruas e o interior dos demais edifícios não possui qualquer aspecto visual apelativo e a manutenção é baixa. Há lixo nas ruas e caixotes colocados a toda parte exalando mau cheiro. Há algum mobiliário urbano, porém sem atratividade para o convívio. Os lotes vazios não apresentam manutenção adequada da vegetação.

Os edifícios por outro lado, apresentam bom aspecto, inclusive ostentando grafites artísticos que tornaram a área referência no roteiro de arte urbana na cidade de Lisboa. A vegetação dos jardins e praças são razoavelmente bem mantidas.



Figura 31 – Lixo nas ruas, Marvila. Foto própria registrada em 12/09/2018.



Figura 32 – Boa manutenção edifícios e praças interiores, Marvila. Foto própria registrada em 12/09/2018.



Figura 33 – Grafites artísticos, Marvila. Foto própria registrada em 12/09/2018.

Uso e Atividade

O ambiente possui uma fraca variedade de usos, sendo essencialmente residencial com algum comércio e serviço de âmbito estritamente local. A área é bastante isolada e pouco conectada, não atraindo público não residente ao local. A maior atratividade para não residentes, está na biblioteca de Marvila e na observação dos grafites nas empenas cegas dos edifícios.

Não há esplanada com café ou restaurantes apelativos. O comércio e serviço é essencialmente de bairro e mínimo. Existe as mencionadas áreas de lazer, como a quadra de desporto, o parque infantil e as pracetas no interior dos edifícios. Durante o período noturno o número de pessoas nas ruas decaiu e se concentrou nas pracetas e no vai e vem do caminho para casa.

A potencialidade da região poderia ser aumentada com a iniciativa de implantação de mais cafés e restaurantes, atividades desportivas que envolvessem mais frequentadores, ou ainda, atividades culturais ligadas a Biblioteca e a Escola Básica presentes no local.



Figura 34 – Comércio local no térreo das edificações, Marvila. Foto própria registrada em 12/09/2018.

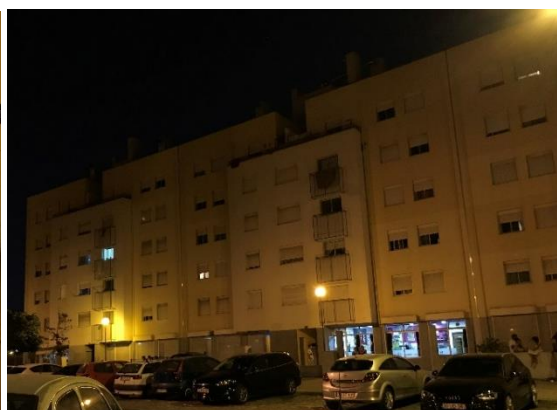


Figura 35 – Moradores na praça interior e comércio local no período noturno, Marvila. Foto própria registrada em 12/09/2018.

Resultados da Aplicação da Ferramenta PSAT

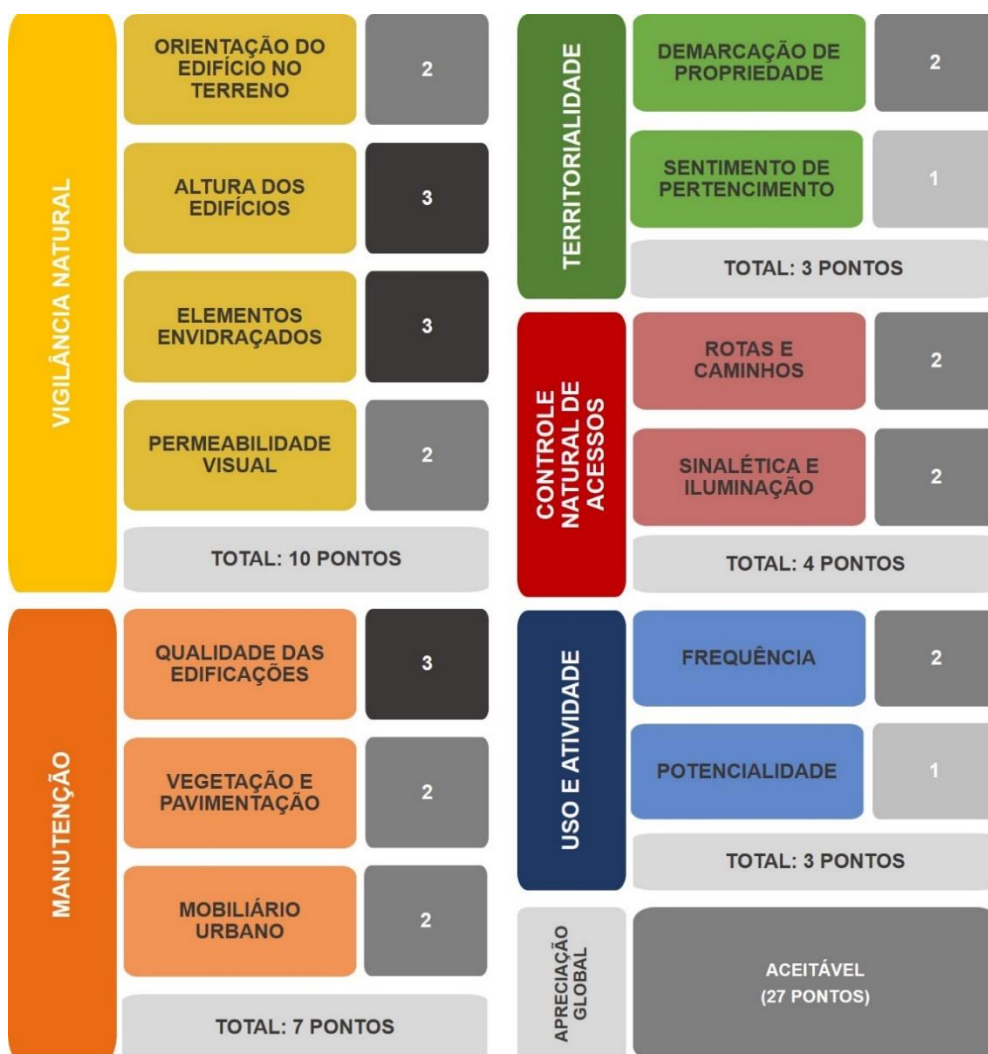


Figura 36 – Resultados Marvila.

Apreciação Geral e Recomendações

Conforme os resultados da aplicação da ferramenta PSAT, o ambiente se demonstra com classificação “aceitável” na apreciação global dos elementos, devendo, portanto, melhorar em alguns aspectos.

Alguns elementos que tiveram baixa apreciação não são passíveis de alteração, como o indicador “orientação dos edifícios”. Porém, pode ser remodelado ou retirado alguns dos acessos, principalmente nas traseiras dos edifícios e os mais isolados, conforme demonstrado na análise. Deve-se priorizar os acessos frontais (ruas principais

e de maior circulação de pessoas) e com boa visibilidade tanto de quem está no interior do edifício e para quem está na rua.

Por haver uma forte fragmentação do tecido urbano nessa área, o sentimento de pertencimento teve uma baixa apreciação. A não articulação dos diversos espaços e a sensação de isolamento na circulação pedonal, prejudica a apreciação do ambiente, que não se demonstra acolhedor ou seguro. De maneira geral, o controle de acessos não é eficiente. É relevante que a área de estudo é extensa, porém a não articulação entre os elementos (edifícios x percursos) e a multiplicidade de caminhos, dificulta na identificação de “invasores” ou de comportamento suspeitos. A iluminação, embora seja satisfatória, não funciona isoladamente. É preciso a circulação de pessoas na rua para que a sensação de segurança seja satisfatória.

A manutenção e aspecto geral da área em estudo é satisfatória, porém necessita de maior cuidado em relação a recolha de lixo e posicionamento dos caixotes (localizados em áreas que poderiam ser dedicadas ao convívio dos moradores). Em relação ao mobiliário urbano, a área é bastante diversa, tendo bons exemplos, como demonstrado nas imagens, e alguns maus exemplos que poderiam ser corrigidos. Os edifícios, por outro lado, apresentam de maneira uniforme um bom aspecto e boa manutenção.

A frequência de usuários na área também é bastante variada, existindo alguns pontos onde a concentração de moradores é maior, enquanto que outros ficam completamente vazios. Controversamente, as áreas com maior qualidade de desenho e manutenção estiveram vazias em quase a totalidade do exercício de observação. Ao contrário, indo de encontro ao discutido nos princípios CPTED, as áreas adjacentes aos serviços e comércio tiveram uma maior frequência de usuários. Fica claro, então, o que foi discutido ao longo da componente teórica, onde afirma-se que os conceitos devem ser trabalhados em complementação e que a presença de um não justifica a ausência de outro. Ou seja, a qualidade do desenho e manutenção não é suficiente sem que haja algum atrativo para seu uso.

A dinâmica da área é mais reservada ao bairro e seus moradores, fluindo de maneira satisfatória nesse sentido. Porém, é uma área muito desconecta, com acesso dificultado e lacunas na sua composição, os “espaços vazios”. Além das alterações

pontuais que devem ser feitas na área de estudo, recomenda-se um trabalho em uma escala maior para que possa agregar essa área às áreas adjacentes. O espaço tem potencial para acomodar outros usos, melhorar a conectividade e aumentar sua atratividade.

7. Considerações Finais

Durante essa dissertação foi possível explanar os conceitos centrais pertinentes as cidades, a relação das interações sociais e dinâmicas nos espaços públicos. As cidades estão num constante processo de transformação e funcionam como palco e reflexo da vida urbana. O espaço público é sem dúvidas o elemento mais importante, e talvez, o mais negligenciado em termos de concepção e aproveitamento nas últimas décadas.

Com o aumento acelerado da população urbana aliado a globalização, a concorrência pelo espaço passou a ser feroz e inescrupulosa. A intensa migração, a alteração das dinâmicas sociais e os hábitos de consumo, aumentaram a disparidade socio-urbana, visível sobretudo nas grandes cidades, despertando um problema de cidadania e equidade espacial alarmante. A fragmentação do tecido urbano em virtude das movimentações desiguais do mercado imobiliário associadas a um novo estilo de vida (herança do capitalismo) gerou um problema não só urbano, como social. A excessiva criação e transformação de espaços públicos em privados, a retirada dos comércios de rua para concentração em superfícies únicas e reclusas dos centros comerciais, a alteração e uso das funções dos centros históricos juntamente com os movimentos de gentrificação e “turistificação” levou a fragmentação e decadência da qualidade do tecido urbano.

O urbanismo em sua multidisciplinaridade aparece como principal fonte de estudo para entender o cenário atual e transformar a forma como fazemos cidade e atua como instrumento para combater essas práticas nocivas, tornando-se indispensável a colaboração entre todas as suas vertentes: arquitetônica, paisagística e as ciências sociais e políticas.

Como visto ao longo da componente teórica, as lacunas deixadas no tecido urbano, ocasionadas por essa falta de coesão e ligação entre os elementos da cidade, resulta nos citados "vazio urbanos". Esses vazios, são os principais impulsionadores de comportamentos delinquentes e criminosos, pois tornam-se "terra de ninguém". A sensação de descaso incita a depredação e violência urbana. Esses espaços, bem como

a sua envolvente, transformam-se num câncer que vai se alastrando à medida que consegue enfraquecer a vivacidade dos espaços no seu entorno.

Nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos em geral, tornou-se prática comum o combate à violência urbana através do que chamamos de "fortificação" (de propriedades e bens). Onde o desenho urbano não oferece condições para interações sociais, onde não há confiança no poder público e na polícia, e a violência urbana já se enraizou, a alternativa encontrada pela população de média e alta renda, foi a de se recolher atrás de grandes muros e aparelhagens de segurança e evitando circular em determinados locais para não sofrer com o ameaças e o crime de fato. Embora seja legítimo o instinto de defesa, os mecanismos utilizados nessas práticas são completamente opostos ao que se é desejável para um convívio em sociedade urbana. A perda das relações entre diferentes grupos e a dissolução do uso dos espaços públicos torna-se, então um problema de cidadania.

No decorrer dessa dissertação foi possível aprofundar os conhecimentos sobre a relação entre as interações sociais e o espaço urbano, sobretudo nos espaços de convívio (ruas, jardins, praças, parques e etc.) bem como, a relação entre a incidência de ações criminosas nesse contexto, percebendo como os eventos sociais influenciam não só nos comportamento individuais, mas na forma de tratar o espaço público. As ações criminosas embora sejam dificilmente erradicadas por completo, foi possível perceber que através de ações simples coordenadas com ações complexas, podem ser de fato minimizadas.

Sob a ótica dos conceitos CPTED, observamos que a colaboração entre os agentes é indispensável para o êxito na implementação das medidas enunciadas. Deve haver um constante intercâmbio de informações e ações coordenadas para transformação físico e social do ambiente. Os instrumentos de gestão territorial, as formas de planejamento urbano, as ações sociais e comunitárias, políticas e econômicas, bem como as de mobilidade e segurança, devem estar conectadas. Nesse contexto, o cidadão deve, indispensavelmente, exercer o seu papel para usufruir dos seus direitos. As técnicas CPTED abordadas, nos mostram que o cidadão é elemento chave na construção dos mecanismos de vigilância e controle dos espaços públicos.

A complexidade de gestão e controle dos espaços públicos não pode recair sobre apenas um responsável. Por esse motivo, acredita-se que as técnicas CPTED aplicadas na componente prática, representam de maneira simplificada essa troca de responsabilidade entre o planejamento e desenho urbano e as ações sociais.

Os conceitos CPTED envolvem, de maneira geral, os aspectos e elementos que compõe toda a dinâmica urbana, funcionando como um mecanismo: de intervenção no desenho e planejamento dos espaços urbanos; de conforto, aumentando a percepção de segurança e consequentemente o bem-estar e a qualidade de vida dos usuários e da envolvente; e de participação, permitindo o intercâmbio entre agentes e entidades políticas e administrativas na implementação de medidas e ações.

Os conceitos de vigilância natural, *defensible spaces*, necessidade de variação de usos e atividades e a manutenção do espaço (antes mesmo da denominação CPTED) surgindo com Jacobs, passando por Newman e muitos outros, sugere que esse não é um problema novo, mas sim recorrente. a contemporaneidade dos conceitos originados há mais de 50 anos nos faz perceber a fragilidade das cidades atuais em combatê-lo. Evidenciando assim, a necessidade de continuação na implementação das mais variadas formas de medidas e ações para atacá-los.

Nesse âmbito, a proposta inicial dessa dissertação em perceber a relação entre o desenho urbano e a percepção de segurança nos espaços públicos foi respondida. Podemos perceber tanto no embasamento da parte teórica como na aplicação da ferramenta proposta, que o desenho urbano e as suas componentes, influenciam de fato nas dinâmicas sociais e, consequentemente, na percepção que se obtém daquele espaço, mais especificamente na sensação de conforto e segurança. Resguarda-se aqui a ideia de que o desenho urbano não é instrumento exclusivo para aumento ou diminuição desse conforto e segurança, mas sim, um elemento fortemente influenciador nessa perspectiva.

Portanto, de maneira geral o propósito da dissertação foi atingido satisfatoriamente. As reflexões aqui propostas pretendiam contribuir e sensibilizar a atenção para a temática a fim de que promova um convívio integrado e um aumento na segurança e qualidade de vida nas cidades.

8. Bibliografia

- ABOTT, A. (1997). Of Time and Space: The Contemporary Relevance of the Chicago School. *Social Forces*, Vol. 75, No. 4, pp. 1149-1182.
- ANDRADE, C. R. (1992). *De Viena a Santos: Camillo Sitte e Saturnino de Brito*. In: SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática.
- ASCHER, F. (2010). *Os Novos Princípios do Urbanismo*. São Paulo: Romano Guerra Editora.
- ASSOCIAÇÃO AUSTRIACA PARA A MOBILIDADE PEDONAL. (S.D.). *Critérios de Qualidade Auditados nos Percursos Pedonais*. Viena, Áustria.
- AUSTRALIAN ROAD RESEARCH BOARD (ARRB). (2011). *Walkability Audit Tool*. Perth, Australia: Department of Transport Level - Perth, Australia.
- AVEN, T. (2013). *Probabilities and background knowledge as a tool to reflect uncertainties in relation to intentional acts*.
- AVEN, T. (2013). *The risk concept. Historical and recent development trends*.
- AVEN, T., & GUIKEMA, S. (2015). *On the Concept and Definition of Terrorism Risk*.
- AVEN, T., & RENN, O. (2009). *The Role of Quantitative Risk Assessments for Characterizing Risk and Uncertainty and Delineating Appropriate Risk Management Options, with Special Emphasis on Terrorism Risk*.
- BAUMAN, Z. (2006). *Confiança e Medo na Cidade*. Relógio D'Água Editores.
- BJ, G. (2002). *Perspectives on the use of risk assessment to address terrorism*.
- BORJA, J., & MUXÍ, Z. (2000). *El espacio público, ciudad y ciudadanía*. Barcelona.
- BORJA, J., & MUXÍ, Z. (2000). *El espacio público, ciudad y ciudadanía*. Barcelona.
- CALDEIRA, T. P. (2003). *Cidade de Muros - Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. Editora 34.
- CARMONA, M., MAGALHÃES, C. D., & HAMMOND, L. (2008). *Public Space - The Management Dimension*. Londres e Nova York: Routledge.
- CDC - CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. (S.D.). *Healthier Worksite Initiative - Walkability Audit Tool*. Atlanta, USA.
- COZENS, P., & LOVE, T. (2015). A Review and Current Status of Crime Prevention through Environmental Design (CPTED). *Journal of Planning Literature*, pp. 1-20.
- DALGAARD-NIELSEN, A., LAISEN, J., & WANDORF, C. (2014). *Visible Counterterrorism Measures in Urban Spaces—Fear-Inducing or Not?* Copenhagen.
- DALTON, B., MARTIN, K., MCANDREW, C., NIKOLOPOULOU, M., & TRIGGS, T. (2015). *Design Strategies for Visible Counter-Terrorism in Public Spaces*. Reino Unido.

- FENNELLY, L., & CROWE, T. (2013). *Crime Prevention Through Environmental Design*. Elsevier.
- FERRÃO, J. (2003). Intervir Na Cidade: Complexidade, Visão, Rumo. Em N. Portas, & Á. E. Domingues, *Políticas Urbanas – tendências, estratégias e oportunidades* (p. 295). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FERREIRA, E. C. (2013). *Segurança E Prevenção Da Criminalidade Em Espaços Públicos - A Dialética Proativa entre o Desenho e o Uso Seguro*. Lisboa.
- FIDALGO, A. (2012). *As Parcerias Para a Regeneração Urbana*. Lisboa, Portugal.
- FITRI, H. (2014). *Living Under Terrorism Threats: Securing Our Public Spaces, Maintaining our Freedom*. Jakarta.
- GEHL, J. (2014). *Cidades para Pessoas, Perspectiva*. São Paulo: PERSPECTIVA.
- HALL, C. M. (2001). *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*.
- HH, W. (2007). *Guiding resource allocations based on terrorism risk*.
- INDOVINA, F. (2002). *O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança. Cidades, Comunidades e Territórios*.
- INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES TERRESTRES, I.P. (IMTT). (2011). *Rede Pedonal – Princípios de planeamento e desenho*. Portugal: IMTT.
- ITDP BRASIL. (2016). *Índice de Caminhabilidade - Ferramenta*. Rio de Janeiro, Brasil.
- JACOBS, J. (2000). *Morte e Vida das Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda.
- JEFFERY, R. C. (1971). *Crime Prevention Through Environmental Design*. Beverly Hills, CA: Sage Publications.
- LYNCH, K. (2016). *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70.
- MACHIELSE, W. (2015). *Perceived safety in public spaces - A quantitative investigation of the spatial and social influences on safety perception among young adults in Stockholm*. Stockholm.
- MENDES, L. (2013). *A regeneração urbana na política de cidades: Inflexão entre o fordismo e o pós-fordismo*. Lisboa, Portugal.
- NEWMAN, O. (1972). *Defensible Space: Crime Prevention Through Urban*. New York: McMillan.
- PAIN, R. (2000). Place, Social Relations and The Fear of Crime: A Review. *Progress in Human Geography*, 365–387.
- PARK, R. E. (1915). The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the City Environment. *American Journal of Sociology*, Vol. 20, No. 5, pp. 577-612.
- PARK, R. E., BURGESS, E. W., & MCKENZIE, R. D. (1925). *The City*. The University of Chicago Press.

- PARKER, J. (2000). *Safer Spaces & Places: Reducing Crime by Urban Design*.
- PATÉ-CORNELL, & GUIKEMA, S. (2002). *Probabilistic modeling of terrorist threats. A systems analysis approach to setting priorities among countermeasures*.
- SAKIPA, S. R., JOHARIA, N., & SALLEHB, M. N. (2012). The Relationship between Crime Prevention through Environmental Design and Fear of Crime. *ELSEVIER - ASIA Pacific International Conference on Environment-Behaviour Studies*.
- SARAIVA, M. M. (2008). *Planeamento e Conceção dos Espaços Públicos na Óptica da Prevenção da Criminalidade*. Porto.
- SHEHAYEB, D. (2008). *Safety and Security in Public Space*. Cairo, Egito.
- SIMÕES, J. M. (2008). *Paisagens Urbanas e Sociabilização*. Lisboa: Ed. Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas.
- TOMÁS, E. D. (1996). *O Tietê, o higienismo e as transformações na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- TREU, M. C. (2016). *Urban Conditions Impacting on the Perception of Security. A Few Italian Case Studies*. Milão.
- ZAHM, D. (2007). *Using Crime Prevention Through Environmental Design in Problem-Solving*. Washington: U.S. Department of Justice Office of Community.